

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	13
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	99
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Adverso	102
---	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.520.723	797.616
1.01	Ativo Circulante	185.248	233.463
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	34.719	107.932
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.862	5.429
1.01.03	Contas a Receber	41.684	9.438
1.01.03.01	Clientes	41.684	9.438
1.01.04	Estoques	80.244	87.235
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.722	13.536
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.722	13.536
1.01.07	Despesas Antecipadas	423	266
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.594	9.627
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	10.594	9.627
1.01.08.01.01	Créditos Diversos	3.315	2.348
1.01.08.01.02	Ativos Disponíveis para Venda	7.279	7.279
1.02	Ativo Não Circulante	1.335.475	564.153
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	48.194	38.679
1.02.01.04	Estoques	6.068	0
1.02.01.05	Ativos Biológicos	6.018	4.886
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	36.108	33.793
1.02.01.09.03	Adiantamentos Para Futuro Aumento de Capital	7.333	9.081
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	27.723	23.996
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	1.052	716
1.02.02	Investimentos	1.087.537	324.411
1.02.02.01	Participações Societárias	1.087.537	324.411
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.087.537	324.411
1.02.03	Imobilizado	199.344	200.762
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	199.344	200.762
1.02.04	Intangível	400	301
1.02.04.01	Intangíveis	400	301

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.520.723	797.616
2.01	Passivo Circulante	63.576	51.101
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.094	3.461
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.094	3.461
2.01.02	Fornecedores	8.684	4.087
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.684	4.087
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.961	806
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	18.746	16.457
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	18.746	16.457
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	18.746	16.457
2.01.05	Outras Obrigações	29.091	26.290
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	22.818	0
2.01.05.02	Outros	6.273	26.290
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	178	20.644
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	809	655
2.01.05.02.06	Tributos Parcelados	5.286	4.991
2.02	Passivo Não Circulante	47.008	60.042
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	27.965	39.272
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	27.965	39.272
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	27.965	39.272
2.02.02	Outras Obrigações	17.156	18.673
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	21	24
2.02.02.02	Outros	17.135	18.649
2.02.02.02.03	ICMS Incentivo Fiscal	2.779	2.757
2.02.02.02.04	Tributos Parcelados	12.775	14.248
2.02.02.02.05	Obrigações Sociais	1.581	1.644
2.02.04	Provisões	1.887	2.097
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.887	2.097
2.03	Patrimônio Líquido	1.410.139	686.473
2.03.01	Capital Social Realizado	2.207.503	1.111.355
2.03.02	Reservas de Capital	5.814	2.107
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-804.237	-426.989
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.059	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	161.603	431.116	94.253	351.495
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-159.600	-423.020	-84.669	-293.442
3.02.01	Custos dos produtos Vendidos	-159.600	-424.037	-84.485	-292.917
3.02.02	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	0	1.017	-184	-525
3.03	Resultado Bruto	2.003	8.096	9.584	58.053
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-69.550	-73.270	-13.780	-35.631
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.748	-42.241	-9.551	-29.222
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-11.349	-41.322	-9.473	-28.871
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-399	-919	-78	-351
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-272	-293	-3.044	-3.029
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-57.530	-30.736	-1.185	-3.380
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-67.547	-65.174	-4.196	22.422
3.06	Resultado Financeiro	-2.704	-3.085	1.218	2.391
3.06.01	Receitas Financeiras	1.439	5.950	4.213	10.435
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.143	-9.035	-2.995	-8.044
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-4.143	-9.031	-2.995	-7.992
3.06.02.02	Variação Cambial, Líquida	0	-4	0	-52
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-70.251	-68.259	-2.978	24.813
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	388	-3.865
3.08.01	Corrente	0	0	388	-3.865
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-70.251	-68.259	-2.590	20.948
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-70.251	-68.259	-2.590	20.948
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,06249	-0,05720	-0,00357	-0,02888
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,06249	-0,05720	-0,00357	-0,02888

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-71.852	47.776
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-22.598	16.540
6.01.01.01	Lucro do Período	-68.259	20.948
6.01.01.02	Resultado da Equivalencia Patrimonial	30.736	3.380
6.01.01.03	Amortização Ágio Investimentos	4.538	0
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	8.383	6.869
6.01.01.05	Valor Residual de Ativos Mantidos Para Venda e Imobilizado Baixados	8	97
6.01.01.07	Encargos Financeiros e Variação Monetária	5.043	5.220
6.01.01.08	Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	81	219
6.01.01.09	Parcela de ICMS Diferido a Recolher	22	4.893
6.01.01.10	Receitas Diferidas	0	-22.931
6.01.01.11	Rendimentos de Aplações Financeiras	-433	-289
6.01.01.12	Planos de opções por ações	2.941	0
6.01.01.13	Variação do Valor Justo do Ativo Biológico	-1.017	525
6.01.01.15	Juros Pagos no Período	-5.637	-5.206
6.01.01.16	Redução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquida	326	0
6.01.01.17	Juros Recebidos	-342	0
6.01.01.18	Atualizações de Adiantamentos de Clientes	1.012	0
6.01.01.20	Provisão para Perda dos Estoques	0	2.815
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-49.254	31.236
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-32.572	5.204
6.01.02.02	Provisão para riscos tributáveis, cíveis e trabalhistas	-291	0
6.01.02.03	Estoques	923	25.154
6.01.02.04	Ativos Biológicos	-115	-3.521
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-1.913	4.777
6.01.02.06	Creditos Diversos	-625	618
6.01.02.07	Depósitos Judiciais	-336	-359
6.01.02.08	Despesas Antecipadas	-157	-16
6.01.02.09	Ativos Disponíveis Para Venda	0	-9
6.01.02.11	Fornecedores	4.597	-9.462
6.01.02.12	Adiantamentos de Clientes	-20.466	177
6.01.02.13	Obrigações Sociais	1.570	-417
6.01.02.14	Obrigações Fiscais	1.155	-2.999
6.01.02.15	Tributos Parcelados	-1.178	0
6.01.02.16	Receitas Diferidas	0	12.090
6.01.02.17	Outros Passivos	154	-1
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-7.072	-1.294
6.02.01	Venda de Imobilizado	0	46
6.02.02	Aquisição de Imobilizado e Adições ao Intangível	-7.072	-1.340
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	5.711	-10.338
6.03.01	Captação de Financiamentos - Terceiros	6.641	0
6.03.02	Empresas Ligadas - AFACs	-3.787	-3.113
6.03.03	Pagamento de Financiamentos	-16.106	-6.099
6.03.04	Gastos com emissões de de ações	-3.852	-1.150

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.03.05	Captação com partes relacionadas	48.381	24
6.03.06	Pagamento para partes relacionadas	-25.566	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-73.213	36.144
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	107.932	98.753
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	34.719	134.897

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.111.355	2.107	0	-426.989	0	686.473
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.111.355	2.107	0	-426.989	0	686.473
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.096.148	3.707	0	0	0	1.099.855
5.04.01	Aumentos de Capital	1.100.000	0	0	0	0	1.100.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-3.852	0	0	0	0	-3.852
5.04.08	Plano de opções de ações - Companhia	0	2.941	0	0	0	2.941
5.04.09	Plano de opções de ações - Controlada	0	766	0	0	0	766
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-377.248	1.059	-376.189
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-68.259	0	-68.259
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	-308.989	1.059	-307.930
5.05.03.02	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	1.059	1.059
5.05.03.03	Ajuste CPC 15	0	0	0	-308.989	0	-308.989
5.07	Saldos Finais	2.207.503	5.814	0	-804.237	1.059	1.410.139

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	792.890	15	0	-404.079	0	388.826
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	792.890	15	0	-404.079	0	388.826
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-1.150	0	0	0	0	-1.150
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-1.150	0	0	0	0	-1.150
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.948	0	20.948
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.948	0	20.948
5.07	Saldos Finais	791.740	15	0	-383.131	0	408.624

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	487.784	402.659
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	493.615	404.013
7.01.02	Outras Receitas	-5.505	-1.354
7.01.02.01	Outras Receitas	32	52
7.01.02.02	Devolução de Vendas	-5.537	-1.406
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-326	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-430.134	-295.732
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-139.998	-12.591
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-24.380	-24.313
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	116
7.02.04	Outros	-265.756	-258.944
7.02.04.01	Provisão Para Riscos Tributários,Cíveis e Trabalhistas	-81	-219
7.02.04.03	Custos dos Ativos Ociosos	-12.877	-13.532
7.02.04.04	Amortização de Ágio	-4.538	0
7.02.04.05	Variação de Valor Justo de Ativos Biológicos	1.017	-525
7.02.04.06	Matérias-primas Consumidas	-249.277	-244.668
7.03	Valor Adicionado Bruto	57.650	106.927
7.04	Retenções	-8.383	-6.869
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.383	-6.869
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	49.267	100.058
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-24.786	7.055
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-30.736	-3.380
7.06.02	Receitas Financeiras	5.950	10.435
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	24.481	107.113
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	24.481	107.113
7.08.01	Pessoal	21.520	18.323
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.295	15.462
7.08.01.02	Benefícios	2.301	2.020
7.08.01.03	F.G.T.S.	924	841
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	61.434	58.573
7.08.02.01	Federais	32.331	35.167
7.08.02.02	Estaduais	29.007	23.406
7.08.02.03	Municipais	96	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.786	9.269
7.08.03.01	Juros	8.823	7.177
7.08.03.02	Aluguéis	764	1.139
7.08.03.03	Outras	199	953
7.08.03.03.01	Multas	199	953
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-68.259	20.948
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-68.259	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.841.262	1.321.802
1.01	Ativo Circulante	758.250	448.647
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	48.786	126.653
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.718	10.827
1.01.03	Contas a Receber	139.035	36.067
1.01.03.01	Clientes	72.675	13.268
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	66.360	22.799
1.01.04	Estoques	380.990	163.770
1.01.05	Ativos Biológicos	32.685	76.132
1.01.06	Tributos a Recuperar	58.710	23.017
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.918	761
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	86.408	11.420
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	86.408	11.420
1.01.08.01.01	Créditos Diversos	51.659	3.301
1.01.08.01.02	Ativos Disponíveis para Venda	34.749	8.119
1.02	Ativo Não Circulante	2.083.012	873.155
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	271.413	147.737
1.02.01.03	Contas a Receber	70.289	53.574
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	70.289	53.574
1.02.01.04	Estoques	9.368	3.300
1.02.01.05	Ativos Biológicos	13.114	29.943
1.02.01.06	Tributos Diferidos	119.579	25.572
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	119.579	25.572
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	682	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	58.381	35.348
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	41.045	32.589
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	1.955	741
1.02.01.09.06	Outros Créditos	9.506	2.018
1.02.01.09.07	Aplicações Financeiras	5.875	0
1.02.03	Imobilizado	1.221.402	489.433
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.221.402	489.433
1.02.04	Intangível	590.197	235.985
1.02.04.01	Intangíveis	590.197	235.985

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.841.262	1.321.802
2.01	Passivo Circulante	734.385	316.830
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.732	8.444
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.732	8.444
2.01.02	Fornecedores	167.076	87.477
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	167.076	87.477
2.01.03	Obrigações Fiscais	39.790	3.452
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	39.790	3.452
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais	39.790	3.452
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	372.566	152.786
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	372.566	152.786
2.01.05	Outras Obrigações	134.221	64.671
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.885	10.501
2.01.05.02	Outros	127.336	54.170
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	32.691	26.542
2.01.05.02.06	Tributos Parcelados	12.560	12.628
2.01.05.02.07	Títulos a Pagar	32.049	0
2.01.05.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	8.059	4.092
2.01.05.02.09	Dívida com a União - PESA	2.266	2.784
2.01.05.02.10	Outras Contas a Pagar	39.711	8.124
2.02	Passivo Não Circulante	696.738	318.499
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	300.209	148.279
2.02.02	Outras Obrigações	133.798	93.806
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.536	1.018
2.02.02.02	Outros	124.262	92.788
2.02.02.02.03	ICMS Incentivo Fiscal	2.779	2.757
2.02.02.02.04	Tributos Parcelados	40.869	41.211
2.02.02.02.05	Obrigações Sociais	1.581	1.644
2.02.02.02.06	Dívida com a União - PESA	11.558	13.871
2.02.02.02.07	Fornecedores	29.413	33.305
2.02.02.02.08	Adiantamento de Clientes	2.000	0
2.02.02.02.09	Obrigações Fiscais	13.834	0
2.02.02.02.10	Outros Passivos	22.228	0
2.02.03	Tributos Diferidos	214.275	57.584
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	214.275	57.584
2.02.04	Provisões	48.456	18.830
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	48.456	18.830
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.410.139	686.473
2.03.01	Capital Social Realizado	2.207.503	1.111.355
2.03.02	Reservas de Capital	5.814	2.107
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-804.237	-426.989
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.059	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	279.138	683.834	94.253	351.495
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-267.137	-648.583	-85.148	-294.928
3.02.01	Custos dos Produtos Vendidos	-274.686	-678.245	-84.485	-292.917
3.02.02	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	7.549	29.662	-663	-2.011
3.03	Resultado Bruto	12.001	35.251	9.105	56.567
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-29.092	-64.533	-13.254	-34.085
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.096	-65.843	-10.340	-31.187
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-21.697	-64.895	-10.263	-30.836
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-399	-948	-77	-351
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	1.310	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.996	0	-2.914	-2.898
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-17.091	-29.282	-4.149	22.482
3.06	Resultado Financeiro	-83.094	-64.818	1.171	2.331
3.06.01	Receitas Financeiras	6.743	46.053	4.213	10.435
3.06.01.01	Receitas Financeiras	6.743	46.053	4.213	10.435
3.06.02	Despesas Financeiras	-89.837	-110.871	-3.042	-8.104
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-26.923	-61.902	-3.042	-8.052
3.06.02.02	Variação Cambial, Líquida	-62.914	-48.969	0	-52
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-100.185	-94.100	-2.978	24.813
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	21.172	17.079	388	-3.865
3.08.01	Corrente	-2.327	-7.805	388	-3.865
3.08.02	Diferido	23.499	24.884	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-79.013	-77.021	-2.590	20.948
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	8.762	8.762	0	0
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	8.762	8.762	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-70.251	-68.259	-2.590	20.948
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-70.251	-68.259	-2.590	20.948
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-156.624	45.196
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-118.260	16.300
6.01.01.01	Lucro do Período	-68.259	20.948
6.01.01.02	Atualizações de Adiantamento de clientes	1.012	0
6.01.01.03	Amortização Ágio Investimentos	4.538	0
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	18.382	8.160
6.01.01.05	Valor Residual de Ativos Mantidos Para Venda e Imobilizados Baixados	28.850	482
6.01.01.06	Perdas em Estoques	265	0
6.01.01.07	Encargos Financeiros e Variação Monetária	-31.236	5.230
6.01.01.08	Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	4.721	219
6.01.01.09	Parcela de ICMS Diferido a Recolher	22	4.893
6.01.01.10	Receitas Diferidas	0	-22.931
6.01.01.11	Rendimentos de Aplicações Financeiras	-433	-289
6.01.01.12	Outras Provisões Para Perdas e Ajuste a Valor Presente	5.800	0
6.01.01.13	Variação do Valor Justo do Ativo Biológico	-29.662	2.011
6.01.01.14	Redução do REFIS - Lei 11.941/09	4.392	0
6.01.01.15	Juros Pagos no Período	-36.615	-5.238
6.01.01.16	Redução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquida	574	0
6.01.01.17	Provisão Para Perda dos Estoques	0	2.815
6.01.01.18	Plano de Opções de Ações	3.707	0
6.01.01.19	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-24.844	0
6.01.01.20	Outros	526	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-45.186	28.897
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-54.543	5.204
6.01.02.02	Títulos a Receber	4.047	0
6.01.02.03	Estoques	-90.759	24.810
6.01.02.04	Ativos Biológicos	110.049	-5.408
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-3.686	4.770
6.01.02.06	Créditos Diversos	11.164	669
6.01.02.07	Depósitos Judiciais	-497	-371
6.01.02.08	Despesas Antecipadas	-5.094	-19
6.01.02.09	Ativos Disponíveis para Venda	271	-9
6.01.02.10	Outros Créditos	0	-1
6.01.02.11	Fornecedores	-5.482	-9.656
6.01.02.12	Adiantamentos de Clientes	-4.427	177
6.01.02.13	Obrigações Sociais	5.129	-373
6.01.02.14	Obrigações Fiscais	8.526	-2.986
6.01.02.15	Tributos Parcelados	-6.882	0
6.01.02.16	Receitas Diferidas	0	12.090
6.01.02.17	Outras contas a pagar	-11.769	0
6.01.02.18	Provisões para riscos tributários,cíveis e trabalhistas	-2.086	0
6.01.02.19	Títulos a pagar	874	0
6.01.02.20	Partes relacionadas	-21	0
6.01.03	Outros	6.822	-1

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01.03.01	Efeito na Alienação de Participação Acionária	-11.124	0
6.01.03.02	Efeito de Mudança de Participação Acionária	2.013	0
6.01.03.03	Fluxo de caixa líquido operações descontinuadas	-8.762	0
6.01.03.04	Caixa oriundo da incorporação Vanguarda participações S.A	24.695	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-20.346	-1.549
6.02.01	Venda de Imobilizado	6.864	46
6.02.02	Aquisição de Imobilizado e Adições ao Intangível	-26.892	-1.595
6.02.03	Aplicações Financeiras	-240	0
6.02.04	Aquisição de investimento	-78	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	99.103	-7.506
6.03.01	Captação de Financiamentos - Terceiros	188.962	0
6.03.02	Captação com partes relacionadas	85.707	0
6.03.03	Pagamento de Financiamentos	-157.356	-6.356
6.03.04	Pagamentos para partes relacionadas	-14.358	0
6.03.05	Gastos com emissões de ações	-3.852	-1.150
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-77.867	36.141
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	126.653	98.792
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	48.786	134.933

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.111.355	2.107	0	-426.989	0	686.473	0	686.473
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.111.355	2.107	0	-426.989	0	686.473	0	686.473
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.096.148	3.707	0	0	0	1.099.855	0	1.099.855
5.04.01	Aumentos de Capital	1.100.000	0	0	0	0	1.100.000	0	1.100.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-3.852	0	0	0	0	-3.852	0	-3.852
5.04.08	Plano de opções de ações - Companhia	0	2.941	0	0	0	2.941	0	2.941
5.04.09	Plano de opções de ações - Controlada	0	766	0	0	0	766	0	766
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-377.248	1.059	-376.189	0	-376.189
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-68.259	0	-68.259	0	-68.259
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	-308.989	1.059	-307.930	0	-307.930
5.05.03.02	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	1.059	1.059	0	1.059
5.05.03.03	Ajuste CPC 15	0	0	0	-308.989	0	-308.989	0	-308.989
5.07	Saldos Finais	2.207.503	5.814	0	-804.237	1.059	1.410.139	0	1.410.139

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	792.890	15	0	-404.079	0	388.826	0	388.826
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	792.890	15	0	-404.079	0	388.826	0	388.826
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-1.150	0	0	0	0	-1.150	0	-1.150
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	-1.150	0	-1.150
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-1.150	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.948	0	20.948	0	20.948
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.948	0	20.948	0	20.948
5.07	Saldos Finais	791.740	15	0	-383.131	0	408.624	0	408.624

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	764.231	402.787
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	758.245	404.013
7.01.02	Outras Receitas	6.560	-1.226
7.01.02.01	Outras Receitas	13.240	180
7.01.02.02	Devolução de Vendas	-6.680	-1.406
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-574	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-650.085	-297.507
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-180.173	-12.591
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-175.068	-24.313
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	116
7.02.04	Outros	-294.844	-260.719
7.02.04.01	Provisão para risco tributários, cíveis e trabalhistas	-4.721	-265
7.02.04.02	Provisão Para Perdas em Estoques	-265	0
7.02.04.03	Custos dos Ativos Ociosos	-19.090	-13.775
7.02.04.04	Amortização de Ágio	-4.538	0
7.02.04.05	Variação de Valor Justo de Ativos Biológicos	29.662	-2.011
7.02.04.06	Matérias Primas Consumidas	-296.335	-244.668
7.02.04.07	Outras Despesas	443	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	114.146	105.280
7.04	Retenções	-18.382	-8.160
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.382	-8.160
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	95.764	97.120
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	46.053	10.435
7.06.02	Receitas Financeiras	46.053	10.435
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	141.817	107.555
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	141.817	107.555
7.08.01	Pessoal	38.414	18.762
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.795	15.798
7.08.01.02	Benefícios	4.695	2.097
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.924	867
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	43.830	58.576
7.08.02.01	Federais	10.244	35.170
7.08.02.02	Estaduais	33.290	23.406
7.08.02.03	Municipais	296	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	127.832	9.269
7.08.03.01	Juros	120.084	7.177
7.08.03.02	Aluguéis	7.167	1.139
7.08.03.03	Outras	581	953
7.08.03.03.01	Multas	581	953
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-68.259	20.948
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-68.259	20.948

Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

O 3T11, em linha com o direcionamento estratégico da Companhia, foi marcado pela incorporação da Vanguarda Participações, estabelecendo definitivamente o foco na atividade agrícola.

A Vanguarda Agro, anteriormente exclusiva produtora de biodiesel, iniciou suas atividades no setor agrícola mediante a incorporação de ações da Maeda Agroindustrial em dezembro de 2010, agregando ao seu portfólio de produção soja, algodão, caroço de algodão e milho, com uma expectativa de plantio de 92 mil hectares para a safra 11/12. A administração da Companhia vem tomando medidas de planejamento da safra, onde se estipula diferentes planos de plantio para as possíveis variáveis climáticas. Tais medidas e a disciplina em sua execução foram convertidas nos bons resultados apresentados pela Maeda no decorrer de 2011.

Com a incorporação da Vanguarda Participações, foi criada uma das maiores produtoras de grãos do Brasil, a qual possui mais de 342 mil hectares sob controle e perspectiva de plantio de 274 mil hectares na safra 11/12. Essas duas incorporações fazem parte da estratégia definida pela empresa no final de 2010 de capitanear a consolidação do mercado de grãos.

No entanto, apesar de todo esforço para consolidação e crescimento no setor de grãos, os resultados do 3T11 da Companhia foram impactados negativamente pela crise na Europa e nos Estados Unidos que devido às incertezas quanto à economia, resultou na valorização do dólar frente ao Real principalmente no mês de setembro. Este efeito resultou na elevação temporária da alavancagem da Vanguarda Agro, já que 49,9% da dívida encontrava-se em moeda estrangeira no 3T11.

Grande parte da dívida bruta indexada ao dólar da Vanguarda Agro é proveniente da Vanguarda Participações. Em 6 de setembro de 2011, data da incorporação da Vanguarda Participações pela V-Agro, o câmbio estava em 1,65/US\$, valor significativamente inferior ao câmbio de R\$ 1,85/US\$, verificado no final de setembro. Esta variação cambial contribuiu (efeito majoritariamente contábil, sem efeito caixa) diretamente para a elevação do endividamento da companhia, impactando negativamente o resultado obtido neste trimestre. Vale ressaltar que considerando o câmbio nos patamares atuais de R\$ 1,75/US\$, haveria uma reversão de R\$ 21 milhões de despesa financeira da Vanguarda Agro.

O fato de a Companhia obter 25% da receita em dólar ameniza o impacto da variação cambial no resultado bem como o risco de exposição à moeda. No entanto, em função das características operacionais da Companhia, o ativo biológico no 3T11 é significativamente menor comparado aos demais trimestres do ano (época de início do plantio). Desta maneira, o impacto do aumento do câmbio no ativo biológico, que transita pela demonstração de resultados é mínimo, não amenizando o feito contábil da variação cambial nas despesas financeiras.

A fim de evitar tais efeitos contábeis no futuro, e aproximar as demonstrações à realidade da Companhia, será implementado o sistema de *hedge accounting*, prática utilizada pelas empresas

Comentário do Desempenho

afetadas pela variação cambial para reduzir potenciais distorções que não tenha efeito caixa nos números da Companhia.

Por fim, objetivando, consolidar a posição de liderança nacional da Vanguarda Agro no setor de grãos, foi traçado um plano estratégico focado na maximização das sinergias e na otimização das operações agrícolas, de forma a elevar os resultados da empresa e a reduzir a sua suscetibilidade às crises internacionais.

A Administração

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, ou de outra forma como indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Vanguarda Agro S.A, nova denominação da Brasil Ecodiesel Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A. (“Companhia” ou “Vanguarda Agro”) foi constituída em 18 de julho de 2003, sob a denominação de Brasil Biodiesel Comércio e Indústria de Óleos Vegetais Ltda., como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo atualmente sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1461, 4º andar, Torre Sul Pinheiros - São Paulo – SP.

Em 9 de novembro de 2006, através do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/nº 046/2006, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM concedeu à Companhia o registro de “Companhia Aberta”, possibilitando a negociação de ações ordinárias de sua emissão no mercado de bolsa de valores.

A Companhia tem como atividades a industrialização e comércio de biocombustíveis, óleos vegetais e seus subprodutos derivados e congêneres, incluindo os subprodutos de oleaginosas e biodiesel, no mercado nacional e internacional, a produção e comércio de produtos vegetais, a produção de materiais químicos derivados do processamento industrial de vegetais de qualquer natureza, o armazenamento e manuseio industrial de produtos químicos em geral, etanol e metanol para produção de biocombustíveis, o transporte e armazenamento de seus produtos, subprodutos ou de produtos de terceiros, bem como de quaisquer mercadorias constantes da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, a importação de insumos, matérias-primas, máquinas e equipamentos aplicáveis à sua atividade industrial, observadas as prescrições legais, a produção de fertilizantes, inoculantes, estimulantes e biofertilizantes para uso próprio, locação em geral de bens de sua propriedade ou de terceiros, podendo também participar no capital de outras sociedades.

Em 10 de outubro de 2011 foi realizada uma Assembléia Geral Extraordinária, para deliberação da mudança da razão social para Vanguarda Agro S.A. Em 19 de outubro de 2011 foi arquivada na Junta Comercial de São Paulo a alteração da razão social da Brasil Ecodiesel Indústria de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A, passando a se chamar “Vanguarda Agro S.A”.

A Companhia é controladora de diversas empresas no segmento de agroindústria, comercialização e exportação de produtos agrícolas, especialmente oleaginosas e seus subprodutos, produção e transformação de óleos vegetais e produtos derivados em combustível vegetal (biocombustível). Através dessas empresas realiza ainda as seguintes atividades correlatas:

- Cultivo de produtos agrícolas;
- Comercialização de insumos agropecuários;

Notas Explicativas

- Beneficiamento do algodão em caroço, próprio e de terceiros;
- Produção e comercialização de produtos oriundos do esmagamento do caroço de algodão, como óleo, linter e farelo;
- Prestação de serviços de armazenagem de insumos e produtos agrícolas;
- Locação de veículos de transporte de cargas;
- Criação de bovinos e
- Prestação de serviços de preparo de solo e colheita com máquinas agrícolas.

A relação das empresas controladas está descrita na nota explicativa nº 13.

Unidades Industriais (Controladora)

A Companhia possui quatro unidades industriais de transformação de óleo vegetal em biodiesel em operação, nas seguintes localidades:

Cidade/Estado	Capacidade de produção	Início das
	anual prevista (Informação não revisada pelos auditores)	Atividades
Iraquara/BA	118,8 mil metros cúbicos	Dezembro/2006
Porto Nacional/TO	118,8 mil metros cúbicos	Junho/2007
Porto de Itaqui/MA (*)	118,8 mil metros cúbicos	Agosto/2007
Rosário do Sul/RS	118,8 mil metros cúbicos	Agosto/2007

(*) A unidade do Maranhão teve seu selo combustível social suspenso pelo Ministério do Desenvolvimento Agrícola - MDA a partir de 5 de março de 2010, em função do volume insuficiente de aquisição de matéria prima da agricultura familiar. A unidade da Bahia sofreu a mesma penalidade, porém obteve novo selo conforme publicação no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2011. Ver em mercado e leilões de biodiesel abaixo.

A Companhia possui também duas unidades industriais de produção de biodiesel localizadas nas cidades de Floriano/PI e Crateús/CE que foram desativadas em 2009, conforme Fato Relevante divulgado no dia 15 de dezembro de 2009. A dificuldade logística de obtenção de matérias-primas para abastecimento dessas usinas foi o principal motivo para essa desativação.

Possui ainda, unidades de extração de óleo de grãos, filiais da Companhia, instaladas no Rio Grande do Sul e na Bahia. Essas unidades possuem capacidade de esmagamento de 900 toneladas (informação não revisada) de grãos por dia, as quais não estão em operação.

Notas Explicativas

A Companhia também possui unidades agrícolas nas seguintes localidades:

Fazenda	Localização/Estado (Informação não revisada pelos auditores)	Área da fazenda (hectares) (Informação não revisada pelos auditores)
Sucesso	Bahia	12.682
Bandeira	Ceará	3.499
São Vicente	Ceará e Piauí	9.920
São José II	Minas Gerais	2.454
Violetto	Piauí	7.681

Através de sua controlada Maeda S.A. Agroindustrial, possui uma unidade industrial para esmagamento de caroço de algodão e produção de óleo de algodão, linter e farelo. Essa unidade está instalada no município de Itumbiara, no Estado de Goiás e tem capacidade de esmagamento de 156.000 toneladas (informação não revisada pelos auditores) de caroço de algodão por ano. Esta unidade foi alienada para empresa Dreyfus Commodities Brasil S.A. (conforme fato relevante divulgado em 30 de setembro de 2011). Ver nota explicativa nº 32.

Situação financeira das empresas controladas e planos da sua administração

Após a incorporação das empresas Maeda S.A Agroindustrial e Vanguarda Participações S.A., a empresa efetivamente direcionou seu foco para as atividades agrícolas, que, comparativamente às operações de biodiesel apresentam maior ciclo financeiro e consequentemente maior demanda de capital de giro. Foram realizadas várias ações no sentido de reestabelecer uma posição financeira adequada e observa-se uma significativa melhora na situação financeira das Controladas Maeda S.A Agroindustrial e Vanguarda Participações S.A. que, em 30 de setembro de 2011, ainda apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes, nos montantes de R\$ 25.327 e R\$ 100.659, respectivamente.

Os planos da administração para restabelecer o nível adequado de liquidez e o equilíbrio econômico financeiro da Companhia estão diretamente relacionados à renegociação dos vencimentos relativos aos fornecedores de insumos, ao alongamento do perfil da dívida bancária e à realocação de ativos à sua atividade fim, por meio do desinvestimento de ativos não estratégicos e aporte de capital. A administração vem executando os referidos planos, sendo que parte substancial, principalmente no que tange a renegociação de dívidas, foi concluída até o encerramento do exercício de 2010, e outras ações, incluindo alienação de ativos não vinculados a atividade fim, tiveram prosseguimento em 2011.

Até que essas ações sejam integralmente concluídas e o equilíbrio econômico financeiro retomado, a Companhia contará com o apoio de seus principais acionistas, caso exista a necessidade de suporte financeiro adicional para cumprir com obrigações de curto ou longo prazo.

As Informações Trimestrais para o trimestre findo em 30 de setembro de 2011 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias em regime normal de operações, consequentemente, os ativos e passivos registrados nessas

Notas Explicativas

datas refletem a sua melhor estimativa de realização em um contexto de continuidade operacional de longo prazo.

Mercado e Leilões de Biodiesel

Em 14 de janeiro de 2005, foi publicada a lei nº 11.097 que introduz o biodiesel na matriz energética brasileira. A Lei do Biodiesel prevê a obrigatoriedade da adição de um percentual mínimo de biodiesel ao óleo diesel mineral comercializado ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional. Esse percentual mínimo obrigatório era inicialmente de 2% no período de 2008 a 2012, devendo atingir 5% em 2013. Entretanto, com a evolução do setor de biodiesel no país e o consequente aumento da oferta, já em 2009, através da Resolução nº 6 do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, foi determinada a obrigatoriedade da adição de 5% de biodiesel ao diesel mineral (B5), a partir de 1º de janeiro de 2010.

Através de publicação no Diário Oficial do dia 5 de março de 2010, o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), suspendeu o Selo Combustível Social das unidades da Brasil Ecodiesel localizadas em Itaquí/MA e Iraquara/BA, em função do volume insuficiente de aquisição de matéria prima da agricultura familiar. As unidades de Floriano/PI e Crateús/CE, já desativadas, também tiveram seu selo social suspenso. Em 13 de abril de 2011, a Companhia recuperou o Selo Combustível Social para sua unidade de Iraquara/BA.

Havendo expectativa de melhor aproveitamento da capacidade instalada, a empresa irá apresentar o projeto para recuperação do selo social de Itaquí.

Em 02 de agosto, o Ministério de Minas e energia, editou a Portaria MME 469/2011, estabelecendo diretrizes específicas para a compra de Biodiesel, através dos leilões promovidos pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). Essa portaria introduziu alterações na atual sistemática de leilões de biodiesel, principalmente em relação aos seguintes pontos (i) serão realizados leilões regionais, contemplando cada uma das cinco regiões do país, sendo que o volume de cada leilão será proporcional a demanda de diesel cada região (ii) foi introduzido o Fator de Ajuste Logístico, que deverá ser deduzido do efetivo preço de faturamento do vencedor, de acordo com o Estado de localização da unidade produtora do vencedor e a Região do lote leiloado (iii) o Fator de Ajuste Logístico deverá ser diretamente proporcional à média das distâncias rodoviárias entre a capital do Estado de origem do biodiesel e as capitais da Região do lote leiloado (iv) o fator de Ajuste Logístico de cada Estado para cada região, deverá ser publicado no instrumento convocatório do leilão. A realização do leilão sujeito as novas regras está previsto para ocorrer na última semana de agosto.

Abaixo estão relacionados os resultados dos leilões realizados para entrega de biodiesel durante os exercícios de 2010 e período findo em 30 de setembro de 2011:

Leilão	Volume obtido	Volume entregue	Preço médio obtido (*) R\$	Período de Entrega
16º	65.364 m³	65.364 m³	2.341/m³	janeiro a março/2010
17º	45.000 m³	44.470 m³	2.262/m³	abril a junho/2010

Notas Explicativas

18º	34.000 m³	34.000 m³	2.095/m³	julho a setembro/2010
19º	23.300 m³	21.459 m³	1.741/m³	setembro a dezembro/2010
20º	50.000 m³	47.658 m³	2.303/m³	janeiro a março/2011
21º	46.600 m³	41.553 m³	2.065/m³	abril a junho/2011
22º	51.000 m³	45.630 m³	2.217/m³	julho a setembro/2011

(*) Valor líquido de ICMS

Em 06 de setembro de 2011, após aprovação pelo Conselho de Administração e deliberação pela Assembléia Geral Extraordinária, a Companhia realizou operação de incorporações de ações da empresa Vanguarda Participações S.A.. Para realização dessa operação, homologou aumento de capital social, no valor de R\$ 1.100.000, mediante a emissão de 1.235.955 mil novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas ao preço de emissão de R\$ 0,89 por ação. O aumento de capital foi integralizado mediante a incorporação de 100% das ações da Vanguarda Participações. Suas atividades consistem basicamente na participação como Controladora nestas empresas:

<u>Controladas</u>	<u>País de domicílio</u>	<u>Percentual de Participação</u>
Vanguarda do Brasil S.A.	Brasil	100%
Fazenda Mãe Margarida S.A.	Brasil	100%
Fazenda Terra Santa S.A.	Brasil	100%
Fazenda Ribeiro do Céu S.A.	Brasil	100%
T.M.V.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	100%

A Vanguarda do Brasil S.A. mantém contratos de parceria agrícola com as companhias ligadas Fazenda Ribeiro do Céu S.A., Fazenda Mãe Margarida S.A., Fazenda Terra Santa S.A., controladas pela Vanguarda Participações S.A.

As Fazendas Mãe Margarida S.A, Terra Santa S.A, e Ribeiro do Céu S.A. têm como atividade operacional o arrendamento de terras para a Controlada relacionada Vanguarda do Brasil S.A. para a exploração das atividades de agricultura, soja, algodão, milho e arroz.

Para efetivação do referido aumento de capital no montante de R\$ 1.100.000 foi utilizado laudo econômico financeiro da Vanguarda Participações S.A. cumprindo com os dispositivos da legislação societária brasileira, no entanto de acordo com o CPC 15 *Combinação de negócios* pelo fato da Companhia ter emitido novas ações que possuem mercado ativo foi considerado como contraprestação transferida à combinação de negócios o valor justo das ações emitidas pela Companhia na data da aquisição, em 6 de setembro de 2011, que resultou em um montante de R\$ 791.011, a diferença no montante de R\$ 308.989 observada entre o valor atribuído ao aumento de capital e o valor justo das considerações transferidas foi registrada a título de ajuste contábil em conta de prejuízos acumuladas no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1. Base de apresentação das informações trimestrais

A Companhia elaborou as Informações Trimestrais individuais para o trimestre findo em 30 de setembro de 2011 de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e consolidadas de acordo com o CPC 21 e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitido pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, e as está apresentando conforme as normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As práticas contábeis nas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas das últimas demonstrações financeiras anuais.

As Informações Trimestrais individuais para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 (“Controladora”) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e divergem das práticas apresentadas nas informações consolidadas, de acordo com o IAS 34, somente quando a avaliação de investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, ao invés de custo ou valor justo.

2.2. Base de elaboração das informações trimestrais e semestrais

As informações trimestrais para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelo ativo biológico que está mensurado ao valor justo e a ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do período, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Neutralidade para fins tributários da aplicação da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08 (Lei nº 11.941/09)

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o programa de integridade social (PIS) e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08 (Lei nº 11.941/09), foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. A Companhia manifestou a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) em 2009 e 2010.

Notas Explicativas

2.4. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras individual e consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

a) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado são ativos mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge (proteção).

b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data do vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais, menos eventual perda por valor recuperável, quando aplicável.

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nesta categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercado ativo ou não cotadas em mercado ativo, mas que possam ter os valores justos estimados razoavelmente.

d) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Notas Explicativas

No caso da Companhia e controladas compreendem:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com resgate de até 90 dias da data da aplicação conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber de clientes e títulos a receber

São demonstradas ao valor de realização, ajustados por provisão para perda constituída com base na avaliação da Administração quanto a eventuais perdas na realização de contas a receber.

Os montantes a receber de clientes são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Para os saldos de títulos a receber relativos à venda de imóveis e equipamentos o tratamento é semelhante, aplicando-se ainda, o ajuste a valor presente para as parcelas de longo prazo.

2.5.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual redução ao valor recuperável de ativos (impairment). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.5.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorrido e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

Notas Explicativas

2.6. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos, exceto a Maeda S.A. Agroindustrial e Vanguarda Participações S.A..

Conforme mencionado na nota explicativa nº 26, a controlada Maeda S.A. Agroindustrial e Vanguarda Participações S.A. contratam instrumentos financeiros derivativos com o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e nos preços das "commodities" e não são utilizados para fins especulativos.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado com um instrumento de hedge de fluxo de caixa.

O objetivo das operações das operações envolvendo derivativos está sempre relacionado à operação das Controladas à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo.

As operações de hedge accounting são aprovadas pela Administração da Companhia e são submetidas a testes periódicos de efetividade, retrospectivo e prospectivo. Apenas a parcela dos derivativos inicialmente designada para proteção, alinhada quanto ao prazo, valor e natureza do objeto protegido, e comprovadamente efetiva, tem seus resultados potenciais registrados em conta específica de patrimônio líquido ("Ajustes de avaliação patrimonial"), enquanto a operação permanece em aberto/não realizada.

Na liquidação das referidas operações de hedge accounting de fluxo de caixa, seus efeitos são apropriados ao resultado, de modo a minimizar as variações indesejadas no objeto do hedge.

2.7. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição ou fabricação, que não excede o valor líquido de realização. O custo dos estoques está baseado no princípio do custo médio e incluem gastos incorridos na aquisição, transportes e armazenagens dos estoques. No caso de estoques de produtos acabados e estoques de produtos em elaboração, o custo inclui parte dos gastos gerais de fabricação, determinados com base na capacidade normal de operação.

A Companhia tem operado abaixo de sua capacidade de produção. A administração estima como capacidade ociosa normal o percentual de 50% de sua capacidade instalada. Os custos fixos referentes à ociosidade que excede 50% de sua capacidade são registrados como outros custos operacionais, classificados dentro do custo dos produtos vendidos. Materiais de suprimento são registrados com base no custo de aquisição e baixados como custo da produção por ocasião do consumo.

Notas Explicativas

2.8. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquirida durante 2010 e 2011 estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia possui investimentos até 30 de setembro de 2011 nas seguintes empresas controladas, as quais foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

<u>Empresas controladas (no país)</u>	<u>Percentual de participação</u>	
	<u>Capital total e votante</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Buriti Agrícola Ltda.	99,9979	99,9979
Bora Bora Agro-industrial Ltda. (a)	-	100,0000
Bonanza Agro-industrial Ltda. (a)	-	100,0000
Capão da Canoa Agro-industrial Ltda. (a)	-	100,0000
Crateús Algodoeira S.A.	99,4800	99,4800
Erebango Agro-industrial Ltda. (a)	-	100,0000
Ecotrans Transp., Serviços e Loc. de Equip. e Máq. Ltda.	99,9831	99,9831
Gustávia Agro-industrial Ltda. (a)	-	100,0000
Jaicós Agrícola Ltda. (a)	-	99,1851
Mocuri Agrícola Ltda.	99,9438	99,9438
Montana Agro-industrial Ltda. (a)	-	100,0000
Piatan Agrícola Ltda. (a)	-	99,9470
Rede de Compras Intermediação de Negócios, Comércio de Produtos e Insumos Agrícolas Ltda. (a)	-	99,9725
Maeda S.A. Agroindustrial	100,0000	100,0000
Vanguarda Participações S.A.	100,0000	-

(a) Em julho de 2011 estas controladas agrícolas foram incorporadas a controlada Mocuri Agrícola Ltda.

Notas Explicativas

2.9. Combinações de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados que são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente;
- Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações da Companhia celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalentes ao CPC 10) na data de aquisição; e
- Ativos classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa Norma.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.10. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Notas Explicativas

O ágio é submetido anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução no seu valor recuperável. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.11. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado da Companhia e das suas controladas estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação e amortização acumuladas e da provisão para baixa decorrente do teste de recuperação (impairment). São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear (Ver nota explicativa nº 15), de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente no final do exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, quaisquer ganhos ou perdas na baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.12. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

2.13. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é

Notas Explicativas

provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual.

Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda estão mensurados pelo valor de custo, o qual não excede o valor justo menos o custo de venda.

São representados basicamente por fazendas localizadas nos Estados do Ceará, Piauí e Minas Gerais.

2.14. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No final de cada exercício, a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma evidência de perda não recuperável, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.15. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia e suas controladas correspondem, substancialmente, às culturas de pinhão-mansão, algodão, soja, milho e cana-de-açúcar e são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda.

As lavouras de pinhão-mansão são culturas, nas quais o produto agrícola é colhido após um período de tempo estimado em 4 anos. A vida útil dessa cultura é estimada em 15 anos. Essas lavouras são cultivadas pela Companhia com o objetivo de colher e esmagar o fruto para obtenção de óleo que poderá servir de matéria-prima na elaboração de biodiesel ou venda ao mercado.

As lavouras de algodão, soja e milho são culturas temporárias, nas quais o produto agrícola é colhido após um período de tempo que varia de 110 a 180 dias após a data de plantio, dependendo da cultura, variedade, localização geográfica e condições climáticas. Essas lavouras são cultivadas pelas controladas Maeda S.A. Agroindustrial e Vanguarda Participações S.A., com o objetivo de colher e comercializar o produto agrícola correspondente, exceto para a cultura do algodão, cujo produto agrícola (“algodão em caroço”) é processado para produção “pluma de algodão” (commodities) e os derivados do esmagamento do caroço do algodão, como óleo, linter e farelo.

As lavouras de cana-de-açúcar, da coligada indireta Tropical BioEnergia S.A., têm como finalidade prover matéria-prima para a produção de açúcar e álcool. O ciclo produtivo da cana-de-açúcar tem em média cinco anos após o seu primeiro corte, motivo pelo qual são classificadas como cultura permanente.

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo desses ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 8.

Notas Explicativas

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos com plantio e tratos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, quando aplicável (demonstrações intermediárias e culturas permanentes), sendo registrado no resultado do período na rubrica “Variação no valor justo dos ativos biológicos”.

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material (basicamente no caso lavouras plantadas a poucos dias do encerramento das demonstrações financeiras ou culturas de ciclo curto) sendo que, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo.

2.16. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a controlada Vanguarda Participações S.A. assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como custos dos produtos no demonstrativo de resultados em base lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

a) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

b) Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato a controlada Vanguarda Participações S.A. define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito à Vanguarda Participações S.A. de controlar o uso do ativo subjacente.

A Controlada separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos.

Notas Explicativas

2.17. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.18 Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações deve ser mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito dos acordos de pagamentos baseados em ações com executivos da Companhia e da controlada Maeda S.A. Agroindustrial estão descritos na nota explicativa nº 35. A Companhia e suas controladas não possuem transações de pagamentos baseados em ações com fornecedores de serviços externos.

2.19. Incentivos Fiscais

Os incentivos fiscais são reconhecidos quando existe segurança razoável de que a Companhia e suas controladas irão atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

São reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia e suas controladas reconhecem como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Companhia possui os seguintes incentivos fiscais:

Notas Explicativas

ICMS

ESTADO DA BAHIA

A Companhia possui o incentivo fiscal denominado Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - “DESENVOLVE”, para a unidade industrial localizada na cidade de Iraquara, cujo benefício estabelece o diferimento no prazo de pagamento de 80% do saldo devedor mensal do ICMS normal, em até 12 anos. Em caso de liquidação antecipada das parcelas diferidas, ocorrerá um desconto de até 80% do valor a pagar, conforme Resolução nº 107/2006, de 17 de novembro de 2006.

ESTADO DO CEARÁ

A Companhia, conforme Resolução 013/2007, do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará, datada de 20 de abril de 2007, possui o incentivo fiscal denominado “FDI - Fundo de Desenvolvimento Industrial”, para a unidade industrial localizada na cidade de Crateús, cujo benefício possibilita o financiamento de 75% do valor do ICMS devido sobre as operações resultantes de seu processo industrial. Os desembolsos são em parcelas mensais, mediante Termo de Declaração do ICMS diferido, e o recolhimento da parcela complementar do ICMS (25% do valor devido). O prazo de fruição desse benefício é de 120 meses. O incentivo também contempla o diferimento do ICMS incidente nas aquisições de importação de máquinas e equipamentos para compor o ativo imobilizado da Companhia e o diferencial de alíquota. Do montante financiado, 25% será recolhido após 36 meses, atualizado monetariamente com base na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

A concretização do incentivo acima está condicionada, até o término do prazo de 36 meses, ao pagamento da parcela diferida do ICMS com atraso máximo de 30 dias, recolhimento do ICMS decorrente de operações não contempladas no incentivo fiscal de acordo com a forma e prazos regulamentares, manter em dia todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social e emitir o Termo de Declaração do ICMS Diferido.

ESTADO DO MARANHÃO

Conforme decreto Lei Nº 9095/2009 com vencimento em 31/03/2010, a Controladora possuía incentivo fiscal que trata da isenção de 100% do ICMS. Portanto, quando do cálculo do valor devido mensal de ICMS, se apurado débito a recolher, este valor tem seu pagamento dispensado, com a consequente apropriação para o resultado. Após o vencimento do decreto não houve renovação.

ESTADO DO PIAUÍ

A Companhia e as controladas Buriti Agrícola Ltda., Jaicós Agrícola Ltda., Mocuri Agrícola Ltda. e Piatã Agrícola Ltda. possuem incentivo fiscal por um período de 10 anos, correspondente à dispensa de 100% do ICMS apurado durante os 7 primeiros anos e de 70% do ICMS apurado durante os 3 últimos, nos termos dos Decretos Estaduais nºs 11.153, 11.155, 11.157, 11.159 e 11.162, de 29 de setembro de 2003, do Estado do Piauí.

Notas Explicativas

O incentivo fiscal, por determinar a dispensa de 100% do ICMS durante os 7 primeiros anos, não requer condições a serem cumpridas para o reconhecimento da receita. Quando do cálculo do valor devido mensal de ICMS, se apurado débito a recolher, este valor tem seu pagamento dispensado, com a consequente apropriação para o resultado.

As únicas obrigações da Companhia são manter registros fiscais que possibilitem o cálculo do valor do imposto e do correspondente benefício e cumprir com as obrigações tributárias com o Estado do Piauí.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A Companhia, conforme Resolução nº 02/2007, do Conselho Diretor do Fundopem/RS, datada de 10 de maio de 2007, possui o incentivo fiscal denominado “Fundopem” para a unidade industrial localizada na cidade de Rosário do Sul, cujo benefício possibilita o financiamento de 75% do valor do ICMS devido sobre as operações resultantes de seu processo industrial. A parcela financiada será paga após 60 meses, com abatimento de 60% e atualização monetária de 100% da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA mais juros de 3% ao ano. O prazo de fruição desse benefício é de 96 meses.

A concretização do incentivo acima está condicionada, até o término do prazo de 60 meses, à manutenção da regularidade em obrigações contratuais junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., à Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento/RS e ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, em obrigações fiscais e ambientais decorrentes da legislação vigente e à geração de 168 novos postos de trabalho direto, ao longo de 8 anos.

Os benefícios concedidos pelo Fundopem/RS foram utilizados no período de março/2008 até abril/2009, quando o limite liberado pela Secretaria da Fazenda foi atingido. Em dezembro de 2010, retroativamente a junho de 2009, a Companhia passou a considerar o benefício do Crédito presumido, instituído pelo Decreto nº 37.699, que assegura o direito a crédito fiscal presumido aos estabelecimentos industriais autorizados pela ANP – Agência Nacional de Petróleo, em montante igual ao que resultar da aplicação do percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o imposto incidente nas saídas de biodiesel - B100, de produção própria, desde que a matéria-prima utilizada na fabricação da referida mercadoria tenha sido adquirida e produzida no Estado do Rio Grande do Sul.

A alteração retroativa do benefício utilizado (Fundopem – Crédito Presumido) implicou na reversão dos valores lançados como impostos diferidos, e o registro do parcelamento do imposto em aberto. O valor e as condições desse parcelamento estão descritas na Nota explicativa nº 21.

ESTADO DO TOCANTINS

A Companhia, conforme Termo de Acordo de Regime Especial nº 1834/2007, de 26 de março de 2007, possui o incentivo fiscal denominado “Proindústria”, o qual lhe dá direito a beneficiar-se de crédito presumido de tal forma que a carga tributária efetiva corresponda a 2% (dois por cento) do valor das operações de saídas de mercadorias tributadas de seu estabelecimento. O prazo de fruição desse benefício é de 15 anos, a partir de dezembro de

Notas Explicativas

2006. Fica dispensada também da obrigatoriedade do recolhimento de ICMS substituição tributária de mercadorias e serviços a serem aplicados no processo de produção, industrialização, transformação ou manipulação. É isenta do ICMS diferencial de alíquota devido pelas aquisições interestaduais de máquinas e equipamentos destinados ao seu ativo imobilizado.

Em 24 de janeiro de 2008, a Companhia protocolou o contrato Prosperar nº 001/2008, para alteração da forma de concessão do benefício, que passou a conceder um crédito de 75% do ICMS devido, conforme Termo de Acordo 2.278/2010 vigente a partir de 1º de abril de 2010.

Durante os primeiros 5 anos de incentivo, a Companhia deve recolher, até o vigésimo dia útil do mês subsequente em relação ao mês de fato gerador, 5% do benefício concedido, quando então poderá reconhecer como receita o valor remanescente.

A Companhia se obriga a enviar mensalmente ao Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins as guias de recolhimento do ICMS, realizar os investimentos previstos no projeto de viabilidade econômico e financeira, não atrasar o recolhimento do ICMS devido em mais de 60 dias, comunicar alterações em seu estatuto social e enviar suas demonstrações financeiras no prazo máximo de 90 dias após o encerramento do exercício social.

ESTADO DE GOIÁS E MATO GROSSO

A Controlada Maeda S.A. Agroindustrial conta com os seguintes incentivos fiscais de âmbito estadual:

Programa de Incentivo ao Algodão de Mato Grosso - PROALMAT, Programa de Incentivo ao Produtor de Algodão do Estado de Goiás - PROALGO e Programa de Incentivo a Cultura do Algodão no Estado da Bahia - PROALBA. Os incentivos consistem na concessão progressiva de créditos, de acordo com as características das fibras do algodão, de 50% a 75% de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS devido nas operações de vendas de algodão em pluma, os quais reduzem os impostos sobre as vendas; e Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, que consiste em financiamento, por meio do Banco do Estado de Goiás S.A., de 70% do montante mensal do ICMS devido, sem correção monetária, para pagamento em 20 anos.

Em função do acúmulo de saldos credores de ICMS, estes benefícios não vêm sendo utilizados de forma significativa por essa controlada.

IMPOSTO DE RENDA

A Companhia, com base no Laudo Constitutivo nº 0143/2006, emitido em 28 de agosto de 2006 (confirmado pelo Laudo nº 46/2007), pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, obteve por um período de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2007, a redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis para a unidade localizada em Floriano, Estado do Piauí.

Notas Explicativas

A Companhia, através do Laudo nº 0045/2007, emitido em 16 de abril de 2007, pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, obteve por um período de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2007, a redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis para a unidade localizada em Crateús, Estado do Ceará.

A Companhia, através do Laudo nº 0108/2007, emitido em 30 de julho de 2007, pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, obteve por um período de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2007, a redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis para a unidade localizada em Iraquara, Estado da Bahia.

A Companhia, através do Laudo nº 0102/2008, emitido em 30 de julho de 2008, pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, obteve por um período de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2008, a redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis para a unidade localizada em Itaqui, Estado do Maranhão.

A Companhia apresentou prejuízo fiscal nos primeiros nove meses de 2011, portanto não auferiu benefícios de redução do imposto de renda nesse período. Nos primeiros nove meses de 2010, foram reconhecidos R\$ 668 de benefício fiscal de redução do valor do imposto de renda.

2.20. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.20.1 Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício.

Provisão para imposto de renda

É constituída com base na legislação vigente, à alíquota de 15% sobre o lucro real, mais adicional de 10% acima de R\$ 240 de lucro tributável gerado pela Companhia e pelas controladas Ecotrans Transportes, Serviços e Locações de Equipamentos e Máquinas Ltda., Buriti Agrícola Ltda., Crateús Algodoeira S.A., Maeda S.A Agroindustrial e Vanguarda Participações S.A.. Para as demais controladas é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro presumido, mais adicional de 10% acima de R\$ 240.

Notas Explicativas

Provisão para contribuição social

É constituída à alíquota de 9% do lucro real, conforme legislação em vigor, pela Companhia e pelas empresas Ecotrans Transportes, Serviços e Locações de Equipamentos e Máquinas Ltda., Buriti Agrícola Ltda., Crateús Algodoeira S.A. e Maeda S.A Agroindustrial. Para as demais empresas controladas é constituída à alíquota de 9% do lucro presumido, conforme legislação em vigor.

2.20.2 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, associadas a ajustes decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos (ver nota explicativa nº 10), inclusos no Regime Tributário de Transação (RTT) como: mensuração dos ativos biológicos a valor justo e os impostos diferidos ativos sobre as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que seja liquidado/realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido.

2.21. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.22. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

Notas Explicativas

2.23. Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

2.23.1 Venda de produtos

As receitas de vendas são reconhecidas na demonstração do resultado quando riscos significantes são transferidos ao comprador. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa quanto à sua realização.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

2.24. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de adiantamentos de contratos de câmbio, aplicações financeiras, clientes, variação monetária e cambial ativa e passiva, e descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 31.

2.25. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.26. Principais fontes de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas Explicativas

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração dos ativos biológicos, vida útil dos ativos imobilizados, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.27. Lucro por ação

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 – Lucro por ação, o lucro líquido deve ser apresentado como básico e diluído. Ver nota explicativa nº 33.

2.28. Resultados abrangentes

A Companhia e suas controladas não possuem resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

2.29. Apresentação das informações por segmento

As informações por segmentos operacionais devem ser apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os tomadores de decisão, que no caso da Companhia são a Administração e Conselho de Administração da Companhia. Ver nota explicativa nº 34.

2.30. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA

Notas Explicativas

apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.31. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas

Foram aprovados e emitidos até a divulgação das referidas demonstrações financeiras, normas da CVM, novos pronunciamentos técnicos contábeis, além de revisões de pronunciamentos anteriormente publicados, e novas interpretações do CPC e do IASB, aplicáveis ao exercício encerrado a partir de dezembro de 2011 e às demonstrações financeiras de 2010 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras de 2011, para fins de comparação.

Pronunciamento	Conteúdo
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Inclusão de alterações feitas pelo IASB no IAS 36 e revisão do texto, sem alteração da essência do pronunciamento.
CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Revisão do texto para melhor alinhamento ao conteúdo do IAS 21, sem alteração da essência do pronunciamento.
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Revisão do texto para melhor alinhamento ao conteúdo do IAS 7, sem alteração da essência do pronunciamento.
CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas	Inclusão de alterações feitas pelo IASB no IAS 24 e revisão do texto, sem alteração da essência do pronunciamento.
CPC 41 – Resultado por Ação	Diretrizes padronizadas para a apuração e divulgação do resultado por ação. O referido pronunciamento foi aplicado de forma antecipada.
Medida Provisória 517/10	Alteração de dispositivos da Lei 6.404/76, com o objetivo de adequar as emissões de debêntures. Esta medida provisória não traz efeitos sobre as demonstrações financeiras apresentadas.
IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros	Refere-se a isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para entidades que fazem a adoção pela primeira vez. Vigente para períodos anuais iniciados após 1 de julho de 2010.
IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações	Inclusão de procedimentos quanto a divulgação de transferências de ativos financeiros. Vigente para períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração. Vigente para períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2013.

A Companhia implementará tais pronunciamentos e interpretação à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, com a normatização pelo CPC e CVM, não sendo esperados efeitos relevantes para as demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Modalidade		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Caixa e bancos		785	1.570	11.616	10.838
Banco Bradesco S.A.	Fundo de investimento (a)	691	6.342	691	6.342
Banco Itaú S.A.	Fundo de investimento (a)	15	34.728	15	34.728
Santander S.A.	Fundo de investimento (a)	-	11.359	-	11.359
Banco Bradesco S.A.	Cad Poupança	-	-	436	-
Banco Fator S.A.	CDB (b)	16	11.012	16	11.012
Banco Fibra S.A.	CDB (b)	11.608	10.886	11.608	10.886
Banco Daycoval	CDB (b)	8.042	7.496	8.042	7.496
Bicbanco	CDB (b)	8.059	7.526	8.059	7.526
Banco Paulista	CDB (b)	5.440	6.210	5.440	6.210
Banco Sofisa	CDB (b)	16	5.148	16	5.148
Banco Pine	CDB (b)	47	5.655	47	15.108
Banco do Brasil S.A.	CDB	-	-	2.800	-
Total de caixa e equivalentes de caixa		34.719	107.932	48.786	126.653

(a) Trata-se de aplicações em fundos de investimento com rentabilidade vinculada a variação do CDI. No trimestre findo em 30 de setembro de 2011 os rendimentos variaram entre 2,57% a 2,63% no período.

(b) Trata-se de aplicações em CDB com remuneração que varia de 99,5% a 110% do CDI.

A Companhia e suas controladas podem resgatar imediatamente essas aplicações sem ônus ou restrição. Devido a essas características, a Companhia decidiu classificá-las como equivalentes de caixa.

4. BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Modalidade		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<u>Bancos:</u>					
Bancos		-	-	2.703	
<u>Aplicações:</u>					
Banco BMG S.A.	(a)	5.862	5.429	5.862	5.429
Banco PINE S.A.	(b)	-	-	2.555	5.398
Outras Aplicações		-	-	1.473	-
Total de aplicações financeiras		5.862	5.429	12.593	10.827
Circulante		(5.862)	(5.429)	(6.718)	(10.827)
Não circulante		-	-	5.875	-

(a) Refere-se à aplicação financeira vinculada ao financiamento existente junto ao Banco BMG S.A., cujo vencimento está previsto para 25 de outubro de 2011. A rentabilidade da aplicação é de 100% a 104% do CDI.

(b) Refere-se a saldos de bancos bloqueados e aplicações no Banco Pine, vinculados a operações de empréstimos.

Notas Explicativas

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS	31.633	11.800	31.633	11.800
Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A.	4.302	873	4.302	873
Cooperativas de produtores rurais	1.683	1.683	1.683	1.683
Outros clientes	8.945	11.089	41.059	15.643
Subtotal	46.563	25.445	78.677	29.999
(-) Provisão para perdas multas PETROBRAS	-	(11.454)	-	(11.454)
(-) Provisão para perdas multas REFAP S.A.	(629)	(629)	(629)	(629)
(-) Provisão para perdas outros	(4.250)	(3.924)	(5.222)	(4.648)
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(151)	-
Total de contas a receber de clientes	41.684	9.438	72.675	13.268

A Companhia e suas controladas, em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 não possuíam nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente no contas a receber.

Em 8 de julho de 2008, a Companhia ingressou com medida judicial contra a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“Petrobras”), pleiteando: (i) o recebimento de valores previstos em contrato e devidos pela Petrobras, no montante de R\$ 11.454, que encontravam-se registrados no ativo não circulante; e (ii) a inexigibilidade da cobrança de multas imputadas pela Petrobras, contra a Companhia, no montante de R\$ 131 milhões, que não foram registradas, uma vez que a Companhia e seus assessores legais consideravam como possível a eventualidade de qualquer perda.

Em 02 de março de 2011 foi assinado um Termo de Transação para Resolução de Litígio (“Termo”) com a Petrobras extinguindo o processo acima mencionado. Com base no referido Termo, a Companhia e a Petrobras, sem que isso represente qualquer consideração acerca do mérito da ação e da reconvenção apresentada, decidiram renunciar reciprocamente à cobrança de multas de parte a parte, relativas aos Contratos de Compra e Venda de Biodiesel celebrado entre as mesmas.

A celebração desse Termo representa o fim do processo referente à cobrança de multas contratuais, e como consequência a baixa em 31 de dezembro de 2010, do valor contábil das multas contratuais registradas a favor da Companhia contra a Petrobras, no montante de R\$ 11.454. Adicionalmente, a Companhia restituiu a Petrobras o valor dos adiantamentos recebidos em dezembro de 2007, no montante original de R\$ 14.181, reajustados a 120% do CDI. A última parcela foi restituída em 02 de agosto de 2011 no valor de R\$ 3.700, liquidando o saldo de adiantamento existente a favor da Petrobrás,

Notas Explicativas

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
A vencer:				
Até 30 dias	41.555	9.113	51.060	10.894
De 31 a 90 dias	-	-	877	886
De 91 a 180 dias	-	-	3.940	979
Acima de 180 dias	-	-	540	-
Vencidos:				
Até 30 dias	-	-	7.714	292
De 31 a 90 dias	-	-	6.851	21
De 91 a 180 dias	164	-	1.421	-
Acima de 180 dias	4.844	16.332	6.274	16.927
Total	<u>46.563</u>	<u>25.445</u>	<u>78.677</u>	<u>29.999</u>

As movimentações na provisão para crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes são as seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Saldo inicial	16.007	23.509	16.731	23.509
Incorporação Vanguarda Participações S.A.	-	-	651	-
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas	326	211	614	935
Valores baixados no período como incobráveis	-	-	(63)	-
Valores recuperados no período	-	-	(628)	-
Valor compensado com contas a receber	(11.454)	(7.713)	(11.454)	(7.713)
Saldo final	<u>4.879</u>	<u>16.007</u>	<u>5.851</u>	<u>16.731</u>

6. TÍTULOS A RECEBER

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	30/09/2011	31/12/2010
Venda de terras	97.286	77.850
Venda fábrica de óleo (i)	16.887	-
Venda de outros ativos	32.052	8.673
(-) Ajuste a valor presente	(9.116)	(10.545)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(460)	-
Outros valores	-	395
Total de títulos a receber	<u>136.649</u>	<u>76.373</u>
Circulante	<u>(66.360)</u>	<u>(22.799)</u>
Não circulante	<u>70.289</u>	<u>53.574</u>

Notas Explicativas

Os títulos a receber pela venda de terras referem-se à alienação, em setembro de 2010, da fazenda situada no município de Edéia (GO), antiga propriedade da controlada Maeda S.A. Agroindustrial, que serão recebidos em parcelas até novembro de 2016 e estão indexados pela variação do preço do ATR - Açúcar Total Recuperável, divulgado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de S. Paulo - CONSECANA. A Maeda teve direito aos valores pelo arrendamento dessas terras até dezembro de 2010.

Os títulos a receber foram descontados a valor presente no reconhecimento inicial, quando aplicável (basicamente para as parcelas de vencíveis há longo prazo), mesmo no caso de estarem indexados à variação de preço, como no caso citado acima; nesses casos, foi considerada uma taxa de juros “real” (sem estimativa de inflação) para o cálculo do desconto.

A taxa utilizada é a variação do ATR (Açúcar Total Recuperável), fixado pelo CONSECANA foram as seguintes:

ATR contrato	0,36825
ATR média da safra	0,49520
Variação ATR	34,4467%

Os títulos a receber venda fábrica de óleo, refere-se à venda da unidade de esmagamento de caroço de algodão situada no município de Itumbiara (GO); Ver nota explicativa nº 32.

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Venda fábrica de óleo (i)	13.800	-
Estoques	2.424	-
Adiantamentos a fornecedores	<u>663</u>	<u>-</u>
Total	<u>16.887</u>	<u>-</u>

O valor de R\$ 13.800 será pago pela compradora no prazo de sete dias contados a partir da apresentação pela Companhia de comprovação da efetiva baixa e cancelamento da garantia da dívida com o PESA, nas matrículas dos imóveis.

Notas Explicativas

7. ESTOQUES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Matéria-prima e insumos	30.079	27.342	136.189	84.940
Matéria-prima em poder de terceiros	12.267	21.316	26.430	20.729
Produtos em processo	2.038	665	31.490	665
Produtos acabados	23.368	25.777	157.209	34.512
(-) Provisão para perda de estoques	-	-	(8.043)	(7.778)
Adiantamentos a fornecedores de matéria-prima	18.325	12.044	43.549	28.471
Outros estoques	235	91	3.534	5.531
Total dos estoques	<u>86.312</u>	<u>87.235</u>	<u>390.358</u>	<u>167.070</u>
Circulante	<u>(80.244)</u>	<u>(87.235)</u>	<u>(380.990)</u>	<u>(163.770)</u>
Não circulante	<u>6.068</u>	<u>-</u>	<u>9.368</u>	<u>3.300</u>

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferiores ao valor de realização. Quando aplicável, é constituída uma provisão para redução ao valor líquido de realização dos estoques.

As movimentações na provisão para perdas de estoques são as seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Saldo inicial	-	852	7.778	8.630
Valores baixados contra estoques	-	(852)	(2.147)	(852)
Complemento de provisão	-	-	2.412	-
Saldo final	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.043</u>	<u>7.778</u>

8. ATIVOS BIOLÓGICOS

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia explora suas atividades agrícolas em cerca de 460 hectares de terras próprias (informação não revisada pelos auditores), localizadas no estado da Bahia, desenvolvendo a cultura de pinhão-manso, e através de sua controlada Maeda S.A. Agroindustrial, em cerca de 91.882 hectares (informação não revisada pelos auditores) de terras cultiváveis, entre terras próprias e de terceiros. As áreas exploradas pela Maeda estão, localizadas nos Estados de Mato Grosso, Goiás e Bahia, e nelas são cultivadas, substancialmente, culturas temporárias, com destaque para algodão, soja e milho.

Através de suas controladas Maeda S.A. e Vanguarda Participações S.A. explora atividades agrícolas em terras próprias e terras arrendadas.

Adicionalmente, a investida indireta Tropical BioEnergia S.A. possui lavouras de cana-de-açúcar, cultivadas no Estado de Goiás, que utiliza como matéria-prima em seu processo industrial. O cultivo da cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a

Notas Explicativas

cana é cortada e a raiz (“soqueira”) continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, dando em média cinco safras.

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia e suas controladas representam o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas pela administração das Companhias.

As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

- (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em kg para a cultura de pinhão-manso, sacas de 60 kg para a soja e o milho, arrobas para o algodão em caroço e em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável) para a Cana-de-açúcar; e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto, quando disponível. Especificamente a cultura de pinhão-manso, por se tratar de uma cultura ainda incipiente, não dispõe de fontes públicas de informação sobre preços para comercialização, sendo os valores utilizados obtidos localmente.
- (b) O preço do algodão em caroço (produto agrícola da lavoura de algodão) foi obtido por meio da decomposição do preço disponível para a pluma de algodão (*commodities*), menos os custos do beneficiamento (descaroçamento) e dos preços atribuíveis aos subprodutos (caroço e fibrília).
- (c) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cultura (tratos culturais) até a colheita, (ii) custos com a colheita/corte, carregamento e transporte - CCT, (iii) custo de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos), e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.
- (d) Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia e suas controladas determinam os fluxos de caixa futuros a serem gerados e calcula os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contra partida a rubrica de “Variação no valor justo dos ativos biológicos” no resultado do período.
- (e) O modelo e as premissas utilizados na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

Notas Explicativas

	Controladora	Consolidado							
	Pinhão	Pinhão	Cana-de						
	manso	manso	Algodão	Soja	Milho	açucar (i)	Rebanho	Outros	Total
Saldo inicial de ativos biológicos a valor justo	4.886	5.570	23.498	47.897	1.562	24.346	-	1.952	104.825
Transferencia de lavoura em formação para lavoura formada	-	-	92	757	-	26	-	375	1.250
Saldo inicial de ativos biológicos - tota.l.	4.886	5.570	23.590	48.654	1.562	24.372	-	2.327	106.075
Aumentos decorrentes de plantio, tratos e compras	-	-	54.298	30.583	4.533	10.848	142	3.057	103.461
Reduções decorrentes de colheitas/perdas/ mortes	-	-	(92.683)	(78.961)	(10.406)	(11.311)	-	(5.998)	(199.359)
Ajuste de consolidação	-	-	-	-	-	(22.906)	-	-	(22.906)
Incorporação	-	-	6.256	3.963	68	-	10.442	4.249	24.978
Variação no valor justo	1.017	1.017	8.872	4.935	4.243	(1.003)	(437)	3.700	21.327
Ativos biológicos a valor justo	5.903	6.587	333	9.174	-	-	10.147	7.335	33.576
Lavouras avaliadas ao custo de formação	115	115	4.255	7.245	165	-	-	443	12.223
Ativo Biológico ao final do exercício	6.018	6.702	4.588	16.419	165	-	10.147	7.778	45.799
Circulante	(6.018)								(32.685)
Não Circulante	6.018								13.114

- (i) Refere-se aos ajustes pela não consolidação da Tropical Bioenergia S.A. investida da Maeda S.A.Agroindustrial, devido a reclassificação deste investimentos destinado à venda.

As lavouras de pinhão manso e cana-de-açúcar (i) são consideradas culturas permanentes, por produzirem por períodos maiores. A cultura de pinhão-manso produz em média durante 15 anos, e as culturas de cana de açúcar por um período de até 5 anos e, por esse motivo são classificadas nos ativos biológicos do grupo não circulante. Por outro lado, dado o curto ciclo produtivo das demais culturas (substancialmente temporárias), em média inferiores a seis meses, as mesmas são classificadas nos ativos biológicos no circulante.

Determinadas lavouras plantadas no final do exercício 2010, devido à pequena transformação biológica que ocorre entre o período do plantio e a data-base das demonstrações financeiras e pelo fato dos custos incorridos nesse período não serem significativos, são avaliados pelo custo acumulado de plantio e manutenção, uma vez que esse montante se aproxima de seu valor justo.

Notas Explicativas**9. IMPOSTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
ICMS	2.606	3.480	22.355	19.839
(-) Provisão para perdas na realização do ICMS (a)	-	-	(14.443)	(7.100)
COFINS (b)	22.649	19.584	33.512	23.963
PIS (b)	4.899	4.236	8.228	5.162
IRPJ	2.999	2.999	29.897	5.243
IRRF	3.862	2.678	8.316	3.167
CSLL	2.184	4.307	11.617	4.985
Outros impostos	246	248	273	347
Total de impostos a recuperar	<u>39.445</u>	<u>37.532</u>	<u>99.755</u>	<u>55.606</u>
Circulante	<u>(11.722)</u>	<u>(13.536)</u>	<u>(58.710)</u>	<u>(23.017)</u>
Não circulante	<u>27.723</u>	<u>23.996</u>	<u>41.045</u>	<u>32.589</u>

(a) Em 2010, a controlada Maeda S.A. Agroindustrial reavaliou seus planos para a realização dos créditos de ICMS e, considerando suas atuais perspectivas e definições para utilização dos mesmos, ou seja, por meio de transferência S.A. lienação para terceiros, registrou provisão para perdas, que reflete suas melhores estimativas de descontos nas futuras negociações.

(b) Refere-se principalmente a créditos oriundos da aquisição de insumos e matéria-prima, bem como da utilização de serviços relativos ao processo de produção de biodiesel (frete e energia elétrica). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia protocolou pedido de restituição dos créditos existentes e aguarda manifestação da Secretaria da Receita Federal.

10. ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Controladora		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Participação na Tropical Bioenergia S.A.(a)	-	-	26.901	-
Imóveis	<u>7.279</u>	<u>7.279</u>	<u>7.848</u>	<u>8.119</u>
Total de ativos disponíveis para venda	<u>7.279</u>	<u>7.279</u>	<u>34.749</u>	<u>8.119</u>

Notas Explicativas

- (a) Conforme fato relevante comunicado em 14 de setembro de 2011, a Administração da controlada Maeda, em 13 de setembro de 2011, através de contrato de compra e venda com a BP Biofuels Brazil Investment Limited decidiu pela venda da participação acionária na Tropical BioEnergia S.A. pelo valor de R\$ 59 milhões. Esse valor está sujeito a ajustes até a data da conclusão da operação. O contrato de compra e venda de ações e outras avenças possui duas restrições para que seja devidamente efetivada a venda: (i) liquidar o passivo bancário da Tropical BioEnergia S.A.; (ii) autorização do órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica –, que pode durar até 150 dias.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Natureza e expectativa de realização dos tributos diferidos

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	30/09/2011	31/12/2010
<u>Créditos tributários - Ativo não circulante</u>		
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	60.220	6.962
Contribuição social sobre base negativa acumulada	21.679	2.506
Tributos com exigibilidade suspensa	2.502	1.631
Provisão para estoque a valor de mercado	90	820
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	411	43
Provisão para contingências	12.153	3.857
Ajuste a valor presente de recebíveis a longo prazo	2.654	3.585
Instrumentos financeiros derivativos	2.728	1.487
Credito sobre a baixa do diferido	-	2.840
Ajuste a valor justo – Swap	4.455	-
Provisão para perda ICMS	3.673	-
Provisão multas a pagar	5.958	-
Outras provisões temporárias	3.056	4.681
Total	<u>119.579</u>	<u>25.572</u>
<u>Débitos tributários - Passivo não circulante</u>		
Reserva de reavaliação de ativos	11.702	19.406
Variação cambial - regime de caixa	80	-
Depreciação acelerada incentivada	7.004	4.178
Valor justo dos ativos biológicos	6.598	4.834
Custo atribuído	164.907	-
Vendas de imóveis a prazo	22.601	25.422
Ajuste a valor presente sobre insumos	660	769
Outras provisões temporárias	723	2.975
Total	<u>214.275</u>	<u>57.584</u>

Com o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social apurados até 30 de setembro de 2011, a Companhia possui, cerca de R\$ 85.178 e R\$ 30.715, respectivamente, de créditos tributários diferidos não registrados.

Notas Explicativas

O imposto de renda e contribuição social diferidos são oriundos da incorporação da Maeda S.A Agroindustrial e da Vanguarda Participações S.A.

Os créditos oriundos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa acumulada da contribuição social sobre o lucro serão compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% desses lucros, tendo sido contabilizados no ativo circulante e não circulante, considerando as expectativas de realização da administração para os próximos anos.

Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social na controladora Brasil Ecodiesel

Até o trimestre findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia e algumas controladas apresentou prejuízos fiscais acumulados para os quais não foi constituído ativo de impostos diferidos, por não haver histórico de rentabilidade. Devido à ausência de base histórica de lucratividade, fica prejudicada a determinação da capacidade de geração de benefícios futuros em bases confiáveis para suportar o registro de impostos diferidos ativos, conforme exigido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

Imposto de renda e contribuição social nas controladas Maeda e Vanguarda

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, associadas a ajustes decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos e os impostos diferidos ativos sobre as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que as Controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	01/01/2011 a 30/09/2011	01/01/2010 a 30/09/2010	01/01/2011 a 30/09/2011	01/01/2010 a 30/09/2010
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(68.259)	24.813	(94.100)	24.813
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
	23.208	(8.436)	31.994	(8.436)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:				
De equivalência patrimonial de controladas	(10.450)	1.149	-	-
Incentivo fiscal de imposto de renda	-	668	-	668
Compensação de prejuízos fiscais	-	1.971	1.783	1.971
Outros	-	783	(3.940)	1.932
Créditos fiscais não constituídos	(12.758)	-	(12.758)	-
Tributos no resultado	-	(3.865)	17.079	(3.865)

Notas Explicativas

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	01/07/2011 a 30/09/2011	01/07/2010 a 30/09/2010	01/07/2011 a 30/09/2011	01/07/2010 a 30/09/2010
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(70.251)	(2.590)	(100.185)	(2.590)
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
	23.885	881	34.063	881
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:				
De equivalência patrimonial de controladas	(19.560)	(403)	-	-
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	62	-
Outros	-	-	(12.953)	-
Créditos fiscais não constituídos	(4.325)	(478)	-	(493)
Tributos no resultado	-	-	21.172	388

12. ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

	Controladora					
	30/09/2011			31/12/2010		
	Adiantamento para futuro aumento de capital	Provisão para perda em investimentos	Saldo	Adiantamento para futuro aumento de capital	Provisão para perda em investimentos	Saldo
Bonanza Agro Industrial	-	-	-	-	-	-
Bora Bora Agro Industrial	-	-	-	-	-	-
Buriti Agrícola Ltda.	14.634	(9.211)	5.423	10.963	(4.179)	6.784
Capão da Canoa Agro -industrial Ltda.	-	-	-	146	(142)	4
Crateús Algodoeira S.A.	3.435	(2.051)	1.384	3.403	(1.813)	1.590
Erebango Agro- industrial Ltda.	-	-	-	800	(792)	8
Ecotrans Transporte, Serviços e Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda.	439	-	439	447	-	447
Jaicós Agrícola	-	-	-	-	-	-
Gustavia Agro- industrial Ltda.	-	-	-	499	(494)	5
Montana Agro- industrial Ltda.	-	-	-	117	(65)	52
Mocuri Agrícola Ltda.	31	-	31	166	-	166
Piatan Agrícola Ltda.	-	-	-	23	-	23
Rede de Compras Interm. de Neg., Com. de Prod. e Insumos Agrícolas Ltda.	-	-	-	2	-	2
Maeda S.A. - Agroindustrial	56	-	56	-	-	-
Total	18.595	(11.262)	7.333	16.566	(7.485)	9.081

Notas Explicativas

Referem-se a adiantamentos para as controladas para posterior aumento de capital/investimento. Não há prazo determinado para a capitalização desses adiantamentos, bem como não incidem encargos financeiros sobre os mesmos.

Os adiantamentos para futuro de capital estão deduzidos da provisão para perda em investimentos, quando aplicável.

13. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	30/09/2011	31/12/2010
Bora-Bora Agro-industrial Ltda.	-	1
Mocuri Agrícola Ltda.	251	21
Piatã Agrícola Ltda.	-	260
Ecotrans Transporte, Serviços e Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda.	4.106	4.200
Rede de Compras Interm. de Neg., Com. de Prod. e Insumos Agrícolas Ltda.	-	57
Maeda S.A. Agroindustrial	326.471	319.872
Vanguarda Participações S.A	756.709	-
Total de investimentos	<u>1.087.537</u>	<u>324.411</u>

Ágio - Aquisição da Maeda S.A. Agroindustrial

Em 23 de dezembro de 2010, após aprovação pelo Conselho de Administração e deliberação pela Assembléia Geral Extraordinária, a Companhia realizou operação de incorporações de ações da empresa Maeda S.A. Agroindustrial. Para realização dessa operação, homologou aumento de capital social, no valor de R\$ 320.140, mediante a emissão de 358.942 mil novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas ao preço de emissão de R\$ 0,89 por ação. O aumento de capital foi integralizado mediante a incorporação de 100% das ações da Maeda S.A. Agroindustrial.

O valor de aquisição da Maeda S.A. Industrial foi composto da seguinte forma da data da operação:

	Controladora
Investimentos	<u>41.277</u>
Mais valia das terras – Maeda	36.598
Mais valia das terras - Investida indireta Jaborandi Propriedades Agrícolas Ltda.	8.575
Intangíveis relacionados a contratos de arrendamento de terras	4.632
Intangíveis decorrentes de relacionamento com clientes	16.416
Ágio sobre rentabilidade futura	<u>212.642</u>
Total do ágio	<u>278.863</u>
Total dos investimentos na Maeda S.A. Agroindustrial	<u><u>320.140</u></u>

Notas ExplicativasMovimentação no trimestre findo em 30 de setembro de 2011

		Saldo		Saldo
	Vida útil	31/12/2010	Amortização	30/09/2011
Investimentos		41.277	-	41.277
Mais valia das terras - Maeda	Indefinida	36.598	-	36.598
Mais valia das terras - Investida indireta Jaborandi Propriedades Agrícolas Ltda.	Indefinida	8.575	-	8.575
Intangíveis relacionados a contratos de arrendamento de terras	8 anos	4.632	(434)	4.198
Intangíveis decorrentes de relacionamento com clientes	3 anos	16.416	(4.104)	12.312
Ágio sobre rentabilidade futura	Indefinida	212.642	-	212.642
Total		320.140	(4.538)	315.602

Ágio - Aquisição da Vanguarda Participações S.A.

Em 06 de setembro de 2011, após aprovação pelo Conselho de Administração e deliberação pela Assembléia Geral Extraordinária, a Companhia realizou operação de incorporações de ações da empresa Vanguarda Participações S.A. Para realização dessa operação, homologou aumento de capital social, no valor de R\$ 1.100.000, mediante a emissão de 1.235.955 mil novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas ao preço de emissão de R\$ 0,89 por ação. Considerando os termos do CPC 15, o valor do investimento foi ajustado pelo valor justo da contraprestação do pagamento (1.235.955 mil ações ordinárias x R\$ 0,64/ação – cotação na data da operação), representando um ajuste de R\$ 308.989. O aumento de capital foi integralizado mediante a incorporação de 100% das ações da Vanguarda Participações. Ver nota explicativa nº 14

Para efetivação do referido aumento de capital no montante de R\$ 1.100.000 foi utilizado laudo econômico financeiro da Vanguarda Participações S.A. cumprindo com os dispositivos da legislação societária brasileira, no entanto de acordo com o CPC 15 *Combinação de negócios* pelo fato da Companhia ter emitido novas ações que possuem mercado ativo foi considerado como contraprestação transferida à combinação de negócios o valor justo das ações emitidas pela Companhia na data da aquisição, em 6 de setembro de 2011, que resultou em um montante de R\$ 791.011, a diferença no montante de R\$ 308.989 observada entre o valor atribuído ao aumento de capital e o valor justo das considerações transferidas foi registrada a título de ajuste contábil em conta de prejuízos acumuladas no patrimônio líquido.

O valor de aquisição da Vanguarda Participações S.A. foi composto da seguinte forma da data da operação:

	Controladora
Investimentos	432.016
Ágio sobre rentabilidade futura	358.995
Total dos investimentos na Vanguarda Participações S.A.	791.011

Notas ExplicativasMovimentação no trimestre findo em 30 de setembro de 2011

		<u>Saldo</u>		<u>Saldo</u>
	<u>Vida útil</u>	<u>06/09/2011</u>	<u>Amortização</u>	<u>30/09/2011</u>
Investimentos		432.016		432.016
Ágio sobre rentabilidade futura	Indefinida	<u>358.995</u>	<u>-</u>	<u>358.995</u>
Total		791.011		791.011

A Companhia juntamente com seus assessores está avaliando a aplicação das instruções do CPC 15 (Combinações de Negócios) e, a conclusão dessa avaliação a realização do PPA para a correta alocação do ágio ser refletida no balanço de 31 de dezembro de 2011.

Informações sobre as investidas para o trimestre findo em 30 de setembro de 2011

	<u>Percentual de participação</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido / (passivo a descoberto)</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro (prejuízo) do período</u>	<u>Efeito resultado das controladoras</u>
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%	12.135	21.346	(9.211)	-	(5.032)	(5.032)
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%	1.441	3.492	(2.051)	-	(238)	(238)
Mocuri Agrícola Ltda.	99,94%	476	226	250	-	(213)	(213)
Ecotrans Transporte Ltda.	99,98%	5.949	1.843	4.106	-	(111)	(111)
Maeda S.A. Agroindustrial	100,00%	526.923	474.777	52.146	233.155	9.312	9.312
Vanguarda Participações S.A.	100,00%	1.263.982	866.268	397.714	19.563	(34.302)	(34.302)

A movimentação dos investimentos em controladas, para o trimestre findo em 30 de setembro de 2011, apresentado nas demonstrações financeiras individuais é como segue:

Notas Explicativas

Movimentação – 01/01/2011 a 30/09/2011

	Saldos investimentos 31/12/2010	Provisão Para Perdas (*) 31/12/2010	Aquisição de investimento	Equivalência patrimonial 30/06/2011	Pagamentos baseados em ações	Reflexos dos ajustes de avaliação patrimonial	Amortização ágio na aquisição de investimentos	Aumento de capital com AF/ACS (**)	Incorporação agrícolas	Saldos investimentos 30/09/2011	Provisão para perdas (*) 30/09/2011
Buriti Agrícola Ltda.	-	(4.179)	-	(5.032)	-	-	-	-	-	-	(9.211)
Bonanza AgroIndustrial Ltda.	-	-	-	(3)	-	-	-	9	(6)	-	-
Bora-Bora Agro-industrial Ltda.	1	-	-	(4)	-	-	-	-	3	-	-
Capão da Canoa Agro-industrial Ltda.	-	(142)	-	(4)	-	-	-	147	(1)	-	-
Cratéis Algodoeira S.A.	-	(1.813)	-	(238)	-	-	-	-	-	-	(2.051)
Erebango Agro-industrial Ltda.	-	(792)	-	(13)	-	-	-	801	4	-	-
Gustavia Agro-industrial Ltda.	-	(494)	-	(9)	-	-	-	500	3	-	-
Jaicós Agrícola Ltda.	-	-	-	(3)	-	-	-	-	3	-	-
Mocuri Agrícola Ltda.	21	-	-	(213)	-	-	-	171	272	251	-
Piatã Agrícola Ltda.	260	-	-	(44)	-	-	-	22	(238)	-	-
Ecotrans	4.200	-	-	(111)	-	-	-	17	-	4.106	-
Rede de Compras	57	-	-	(15)	-	-	-	2	(44)	-	-
Montana Agro-industrial Ltda.	-	(65)	-	(57)	-	-	-	118	4	-	-
Ágio pela aquisição Maeda	278.863	-	-	-	-	-	(4.538)	-	-	274.325	-
Maeda S.A. .Agroindustrial	41.009	-	-	9.312	766	1.059	-	-	-	52.146	-
Ágio pela aquisição Vanguarda	-	-	358.995	-	-	-	-	-	-	358.995	-
Vanguarda Participações S.A	-	-	432.016	(34.302)	-	-	-	-	-	397.714	-
Total dos investimentos	324.411	(7.485)	791.011	(30.736)	766	1.059	(4.538)	1.787	-	1.087.537	(11.262)

(*) Apresentada como redução dos adiantamentos para futuro de capital, conforme nota nº 12.

(**) Adição ao investimento com capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital.

Notas Explicativas

Movimentação – 01/07/2011 a 30/09/2011

	Saldos investimentos 01/07/2011	Provisão para perdas (*) 01/07/2011	Aquisição de investimento	Equivalencia patrimonial	Efeito reflexo dos pagamentos baseados em ações	Efeito reflexo dos ajustes de avaliação patrimonial	Amortização ágio na aquisição investimentos	Aumento de capital com AFACS (**)	Incorporação agrícolas	Saldos investimentos 30/09/2011	Provisão para perdas (*) 30/09/2011
Buriti Agrícola Ltda.	-	(7.447)	-	(1.764)	-	-	-	-	-	-	(9.211)
Bonanza Agro Industrial Ltda.	6	-	-	-	-	-	-	-	(6)	-	-
Bora-Bora Agro-industrial Ltda.	-	(2)	-	(1)	-	-	-	-	3	-	-
Capão da Canoa Agro-industrial Ltda.	1	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Cratêus Algodoeira S.A.	-	(1.975)	-	(75)	-	-	-	-	(1)	-	(2.051)
Erebango Agro-industrial Ltda.	-	(4)	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Gustavia Agro-industrial Ltda.	-	(3)	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Jaicós Agrícola Ltda.	-	(3)	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Mocuri Agrícola Ltda.	-	(3)	-	(19)	-	-	-	-	273	251	-
Piatã Agrícola Ltda.	238	-	-	-	-	-	-	-	(238)	-	-
Ecotrans	4.141	-	-	(34)	-	-	-	-	-	4.106	-
Rede de Compras	44	-	-	-	-	-	-	-	(44)	-	-
Montana Agro-industrial Ltda.	-	(5)	-	-	-	-	-	1	4	-	-
Ágio pela aquisição Maeda	275.837	-	-	-	-	-	(1.512)	-	-	274.325	-
Maeda S.A. Agroindustrial	72.560	-	-	(21.334)	(139)	1.059	-	-	-	52.146	-
Ágio pela aquisição Vanguarda	-	-	358.995	-	-	-	-	-	-	358.095	-
Vanguarda Participações S.A	-	-	432.016	(34.302)	-	-	-	-	-	397.714	-
Total dos investimentos	352.827	(9.442)	791.011	(57.530)	(139)	1.059	(1.512)	1	-	1.087.537	(11.262)

(*) Apresentada como redução dos adiantamentos para futuro de capital, conforme nota nº 12.

(**) Adição ao investimento com capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital.

Notas Explicativas**Movimentação – 01/01/2010 a 30/09/2010**

	Saldos	Provisão	Equivalência	Saldos	Provisão
	investimentos	paraperdas(*)	Patrimonial	investimentos	paraperdas(*)
	31/12/2009	31/12/2009	dosemestre	30/09/2010	30/09/2010
Buriti Agrícola Ltda.	384	-	(3.091)	-	(2.707)
Bora-Bora Agro-industrial Ltda.	1	-	(1)	-	-
Capão da Canoa Agro-industrial Ltda.	-	(141)	(1)	-	(142)
Crateús Algodoeira S.A.	-	(1.614)	(114)	-	(1.728)
Erebango Agro-industrial Ltda.	-	(791)	(1)	-	(792)
Gustavia Agro-industrial Ltda.	-	(494)	-	-	(494)
Mocuri Agrícola Ltda.	67	-	(31)	36	-
Piatã Agrícola Ltda.	282	-	(15)	265	-
Ecotrans	4.426	-	(173)	4.272	-
Rede de Compras Intermediação	58	-	47	103	-
Montana Agro-industrial Ltda.	-	(65)	-	-	(65)
Total investimentos	5.218	(3.105)	(3.380)	4.676	(5.928)

Movimentação – 01/07/2010 a 30/09/2010

	Saldos	Provisão	Equivalência	Saldos	Provisão
	investimentos	Para perdas(*)	Patrimonial	investimentos	Para perdas(*)
	01/07/2010	01/07/2010	Do trimestre	30/09/2010	30/09/2010
Buriti Agrícola Ltda.	-	(1.581)	(1.126)	-	(2.707)
Bora-Bora Agro-industrial Ltda.	1	-	-	1	-
Capão da Canoa Agro-industrial Ltda.	-	(141)	(2)	-	(143)
Crateús Algodoeira S.A.	-	(1.783)	55	-	(1.728)
Erebango Agro-industrial Ltda.	-	(792)	-	-	(792)
Gustavia Agro-industrial Ltda.	-	(501)	7	-	(494)
Mocuri Agrícola Ltda.	39	-	(4)	35	-
Piatã Agrícola Ltda.	273	-	(7)	266	-
Ecotrans	4.377	-	(105)	4.272	-
Rede de Compras Intermediação	106	-	(3)	103	-
Montana Agro-industrial Ltda.	-	(65)	-	-	(65)
Total investimentos	4.796	(4.863)	(1.185)	4.677	(5.928)

Apresentada como redução dos adiantamentos para futuro aumento de capital, conforme, nota explicativa nº 12.

Notas Explicativas

14. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIO

Em 06 de setembro de 2011, após aprovação pelo Conselho de Administração e deliberação pela Assembléia Geral Extraordinária, a Companhia realizou operação de incorporações de ações da empresa Vanguarda Participações S.A.. Para realização dessa operação, homologou aumento de capital social, no valor de R\$ 1.100.000, mediante a emissão de 1.235.955 mil novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas ao preço de emissão de R\$ 0,89 por ação. Considerando os termos do CPC 15, o valor do investimento foi ajustado pelo valor justo da contraprestação do pagamento (1.235.955 mil ações ordinárias x R\$ 0,64/ação – cotação na data da operação), representando um ajuste de R\$ 308.989. O aumento de capital foi integralizado mediante a incorporação de 100% das ações da Vanguarda Participações S.A.

Para efetivação do referido aumento de capital no montante de R\$1.100.000 foi utilizado laudo econômico financeiro da Vanguarda Participações S.A. cumprindo com os dispositivos da legislação societária brasileira, no entanto de acordo com o CPC 15 *Combinação de negócios* pelo fato da Companhia ter emitido novas ações que possuem mercado ativo foi considerado como contraprestação transferida à combinação de negócios o valor justo das ações emitidas pela Companhia na data da aquisição, em 6 de setembro de 2011, que resultou em um montante de R\$ 791.011, a diferença no montante de R\$ 308.989 observada entre o valor atribuído ao aumento de capital e o valor justo das considerações transferidas foi registrada a título de ajuste contábil em conta de prejuízos acumuladas no patrimônio líquido.

A aquisição da Vanguarda Participações faz parte da execução da estratégia da Companhia de diversificar o portfolio de produtos, atingindo novos mercados e clientes e assim diminuindo a dependência de um único produto. Dentro da estratégia de diversificação e verticalização dos negócios, elaborada pela Companhia e seus acionista, tornava-se importante a obtenção de maior escala, com a expansão da área plantada e conseqüentemente da produção de grãos. O aumento da escala traria também maior sinergia para a atividade agrícola.

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras utilizadas para a operação de Incorporação das ações da companhia e realização dos registros contábeis decorrentes são demonstradas abaixo, em milhares de reais:

<u>Ativos</u>	<u>06/09/2011</u>	<u>Passivos</u>	<u>06/09/2011</u>
Caixa e equivalentes de caixa	24.695	Fornecedores	91.199
Contas a receber de clientes	11.108	Empréstimos e financiamentos	191.615
Estoques	196.582	Adiantamentos de clientes	12.803
Ativos biológicos	18.228	Impostos e contribuições a recolher	22.575
Adiantamentos a fornecedores	11.300	Salários, férias e encargos sociais	9.051
Partes relacionadas	-	Partes relacionadas	1.820
Títulos a receber	14.070	Arrendamentos e serviços a pagar	31.074
Impostos a recuperar	41.218	Outras contas a pagar	50.791
Outros créditos	25.197	Total do passivo circulante	410.928
Total do ativo circulante	342.398		
		Partes relacionadas	3.184
Títulos a receber	3.189	Adiantamentos de clientes	2.000
Impostos a recuperar	9.352	Empréstimos e financiamentos	178.134
Imposto de renda e contribuição social diferidos	80.778	Fornecedores	995
Outros créditos	12.406	Provisão para contingências	26.228
Outros investimentos	321	Impostos e contribuições a recolher	13.762
Ativos biológicos	6.750	Outras contas a pagar	18.896
Imobilizado	801.837	Adiantamento para futuro aumento de capital	0
Total do ativo não circulante	914.633	Imposto de renda e contribuição social diferidos	170.888
		Total dos passivo não circulante	414.087
		Patrimônio líquido	
		Capital social	256.819
		Ajuste de avaliação patrimonial	303.364
		Lucros (prejuízos) acumulados	(128.167)
		Total do patrimônio líquido	432.016
Total do ativo	1.257.031	Total do passivo	1.257.031

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o cálculo do valor justo dos ativos e passivos da compra da Vanguarda Participações S.A. Agroindustrial na data de aquisição.

	Valor dos livros	Ajustes da aquisição	Valor justo da aquisição
		(a)	
Ativos circulantes	342.398	-	342.398
Ativos não-circulantes	914.633	-	914.633
Investimentos	321	-	321
Imobilizado	801.837	-	801.837
Intangível	0	-	0
Outros ativos não circulantes	112.475	-	112.475
Passivos Circulantes	(410.928)	-	(410.928)
Passivos Não Circulantes	(414.087)	-	(414.087)
Ativos líquidos adquiridos na data da aquisição(a)	432.016		432.016
Contraprestação transferida em ações da Companhia			791.011
Ágio na aquisição (a)			(358.995)

Segue abaixo a composição da conta de intangíveis, incluindo o ágio decorrente da aquisição da Vanguarda Participações S.A. :

	Vida útil estimada	Consolidado 31/12/2010
Ágio na aquisição não amortizável (a)	-	358.995
Total de intangíveis		358.995

(a) A contabilização inicial da aquisição da Vanguarda Participações S.A. foi provisoriamente apurada na data de encerramento desse trimestre. Na data da conclusão destas demonstrações financeiras, as avaliações de Mercado necessárias e outros cálculos não tinham sido concluídos de forma definitiva, e por consequência foram provisoriamente apuradas com base na melhor estimativa da administração para as premissas consideradas nos estudos. Por exemplo, a maior parte das terras e os ativos biológicos já se encontram registrados a valor justo nesta data.

Com a aquisição, a Companhia registrou um montante de ágio devido aos seguintes fatores:

1. Possibilidade de diversificar o portfolio de produtos, atingindo novos mercados e clientes e diminuindo a dependência de um único produto;
2. Possibilidade de desenvolver maior domínio sobre suas vendas, sendo essa uma vantagem competitiva e não limitada por leis e decretos (leilão de biodiesel);
3. Oportunidade de desenvolver projetos que possibilitem melhor utilização dos recursos disponíveis, possibilitando rápido crescimento do faturamento e resultados;
4. Oportunidade de aproveitar a vantagem da Companhia de ser uma empresa de capital aberto, com capacidade de alavancar recursos que possam ser alocados em novos projetos;

Notas Explicativas

5. Possibilidade de desenvolver atividades em mercados com expectativa de crescimento de curto, médio e longo prazos, que representem uma diversificação natural das atividades da empresa, criando possibilidades de verticalização.

Caso essa combinação de negócios tivesse sido efetivada em 1º de janeiro de 2011, com base em informações anualizadas e “pro forma”, as receitas consolidadas das operações continuadas seriam de R\$ 1.069.274 e o resultado do exercício das operações continuadas seria um prejuízo de R\$ 243.746 .

15. IMOBILIZADO

Controladora

	30/09/2011			31/12/2010	Taxa média ponderada de depreciação(%)
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Fazendas	5.378	-	5.378	5.378	-
Edificações e Instalações industriais– usinas	178.166	(55.687)	122.479	128.366	4,5
Esmagadora-Iraquara e São Luiz Gonzaga	57.389	(3.220)	54.169	54.166	9
Máquinas e Equipamentos	4.816	(935)	3.881	1.839	6
Móveis e Utensílios	1.475	(607)	868	934	10
Veículos	3.318	(2.098)	1.220	1.647	20
Imobilizações em andamento	7.409	-	7.409	7.409	-
Outros imobilizados	4.800	(860)	3.940	1.023	4 a 30
Total do imobilizado	262.751	(63.407)	199.344	200.762	

Consolidado

	30/09/2011			31/12/2010	Taxa média ponderada de depreciação(%)
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Fazendas	640.376	-	640.376	144.757	-
Edificações e Instalações industriais–usinas	301.611	(67.977)	233.634	152.929	1,6 a 10
Esmagadora-Iraquara e São Luiz Gonzaga	57.389	(3.220)	54.169	54.167	9
Máquinas e Equipamentos	291.622	(121.605)	170.017	79.093	4,34 a 12,35
Implementos Agrícolas	1.637	(1.104)	533	659	10
Móveis e Utensílios	10.130	(5.058)	5.072	2.973	10
Veículos	28.689	(18.301)	10.388	3.785	7,14 a 20
Núcleo Produção Sta Clara	11.034	(7.530)	3.504	4.634	10
Imobilizações em andamento	7.787	-	7.787	8.926	-
Aeronaves	12.027	(4.332)	7.695	-	20
Automóveis e utilitários	1.544	(572)	972	-	12,5 a 20
Correção de solo	39.692	(11.960)	27.732	-	25
Outros imobilizados	91.939	(32.416)	59.523	37.510	4 a 40
Total do imobilizado	1.495.477	(274.075)	1.221.402	489.433	

Notas Explicativas

A seguir estão apresentadas as movimentações:

Movimentação – 01/01/2011 a 30/09/2011

Controladora

	Fazendas	Edificações e Instalações industriais- usinas	Esmagadoras- Iraquara e São Luiz Gonzaga	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento (esmagadora Tocantins)	Outros imobilizados	Total
<u>Custo</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.378	176.756	57.386	2.550	1.449	3.341	7.409	1.644	255.913
Adições	-	2.558	3	1.183	101	24	-	3.022	6.891
Baixas	-	-	-	-	(4)	(47)	-	(2)	(53)
Transferências	-	(1.148)	-	1.083	(71)	-	-	136	-
Saldo em 30 de setembro de 2011	5.378	178.166	57.389	4.816	1.475	3.318	7.409	4.800	262.751
<u>Depreciação e exaustão acumuladas</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(48.390)	(3.220)	(711)	(515)	(1.694)	-	(621)	(55.151)
Despesa de depreciação	-	(7.297)	-	(224)	(94)	(445)	-	(241)	(8.301)
Baixas	-	-	-	-	2	41	-	2	45
Saldo em 30 de setembro de 2011	-	(55.687)	(3.220)	(935)	(607)	(2.098)	-	(860)	(63.407)
Saldos líquidos em:									
Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.378	128.366	54.166	1.839	934	1.647	7.409	1.023	200.762
Saldo em 30 de setembro de 2011	5.378	122.479	54.169	3.881	868	1.220	7.409	3.940	199.344

Notas Explicativas

Consolidado

Custo	Fazendas	Edificações e instalações industriais-usinas	Esmagadoras-Iraquara e São Luiz Gonzaga	Máquinas e Equipamentos	Implementos	Móveis e Utensílios	Veículos	Núcleo de Produção Sta Clara	Imobilizações em andamento	Aeronaves	Automóveis e utilitários	Correção de solo	Outros imobilizados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	144.757	216.154	57.387	151.553	1.637	6.780	12.193	11.034	8.926	-	-	-	64.277	674.698
Incorporação Vanguarda Participações S.A.	501.147	113.078	-	217.206	-	5.079	19.565	-	-	12.027	1.566	39.692	13.041	922.401
Adições	-	2.629	2	5.001	-	241	905	-	1.781	-	2	-	16.150	26.711
Baixas	(4.467)	(25.731)	-	(34.892)	-	(1.346)	(3.152)	-	(813)	-	(23)	-	(1.145)	(71.569)
Transferências	-	(1.047)	-	1.746	-	(71)	137	-	(1.273)	-	(1)	-	509	-
Transferência da Tropical (a)	(1.061)	(3.472)	-	(48.992)	-	(553)	(959)	-	(834)	-	-	-	(893)	(56.764)
Saldo em 30 de setembro de 2011	640.376	301.611	57.389	291.622	1.637	10.130	28.689	11.034	7.787	12.027	1.544	39.692	91.939	1.495.477
Depreciação e exaustão acumuladas														
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(63.225)	(3.220)	(72.460)	(978)	(3.807)	(8.408)	(6.400)	-	-	-	-	(26.767)	(185.265)
Incorporação Vanguarda Participações S.A.	-	(7.576)	-	(78.924)	-	(2.121)	(10.935)	-	-	(4.051)	(550)	(11.687)	(4.720)	(120.564)
Despesa de depreciação	-	(8.625)	-	(8.643)	(126)	(517)	(915)	(1.130)	-	(908)	(87)	(273)	(1.110)	(22.334)
Baixas	-	11.190	-	27.367	-	1.146	1.754	-	-	627	65	-	570	42.719
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Transferência da Tropical (a)	-	259	-	11.055	-	241	203	-	-	-	-	-	(391)	11.367
Saldo em 30 de setembro de 2011	-	(67.977)	(3.220)	(121.605)	(1.104)	(5.058)	(18.301)	(7.530)	-	(4.332)	(572)	(11.960)	(32.416)	(274.075)
Saldos líquidos em:														
Saldo em 31 de dezembro de 2010	144.757	152.929	54.167	79.093	659	2.973	3.785	4.634	8.926	-	-	-	37.510	489.433
Saldo em 30 de setembro de 2011	640.376	233.634	54.169	170.017	533	5.072	10.388	3.504	7.787	7.695	972	27.732	59.523	1.221.402

(a) Refere-se à transferência dos saldos imobilizados da investida indireta Tropical Bioenergia S.A. para “ativos disponíveis para venda”. Ver nota explicativa nº-10

Notas Explicativas

Movimentação – 01/01/2010 a 30/09/2010

Controladora

Custo	Fazendas	Edificações - usinas	Instalações industriais - usinas	Esmagadora SLG e Iraquera	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Ferramentas	Veículos	Computadores e periféricos	Sistema de comunicação	Beneficiárias - obras civis	Inovações em andamento	Total do custo
Saldo em 31 de dezembro de 2009	5.378	32.676	142.384	57.379	1.666	1.388	-	3.480	778	37	43	7.391	252.600
Adições	13	-	507	-	318	34	44	5	77	1	81	16	1.096
Baixas	(13)	-	(11)	-	-	-	(9)	(143)	-	-	-	-	(176)
Transferências	-	(3)	46	7	(48)	-	-	-	-	-	-	(2)	-
Saldo em 30 de setembro de 2010	5.378	32.673	142.926	57.386	1.936	1.422	35	3.342	855	38	124	7.405	253.520
Depreciação/amortização acumulada													
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	(3.215)	(35.963)	(4.066)	(339)	(386)	-	(1.247)	(437)	(15)	-	-	(45.668)
Adições	-	(1.406)	(5.508)	(124)	(285)	(99)	(2)	(356)	(91)	(5)	(31)	-	(7.907)
Baixas	-	-	6	-	4	1	-	22	-	-	-	-	33
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificações	-	-	-	1.095	-	-	-	-	-	-	-	-	1.095
Saldo em 30 de setembro de 2010	-	(4.621)	(41.465)	(3.095)	(620)	(484)	(2)	(1.581)	(528)	(20)	(31)	-	(52.447)
Saldos líquidos em:													
Saldo em 31 de dezembro de 2009	5.378	29.461	106.421	53.313	1.327	1.002	-	2.233	341	22	43	7.391	206.932
Saldo em 30 de setembro de 2010	5.378	28.052	101.461	54.291	1.316	938	33	1.761	327	18	93	7.405	201.073

Notas ExplicativasConsolidado

<u>Custo</u>	<u>Fazendas</u>	<u>Edificações — usinas</u>	<u>Instalações industriais - usinas</u>	<u>Esmagadora - Iraquera e SLG</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Implementos agrícolas</u>	<u>Veículos</u>	<u>Núcleo de Produção Santa Clara – NPSC</u>	<u>Outros</u>	<u>Inobilizações em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	5.382	33.780	142.392	57.379	4.565	1.566	1.637	7.394	11.034	2.090	7.391	274.610
Adições	13	-	681	-	386	37	-	6	-	311	16	1.450
Baixas	(13)	-	(130)	-	(313)	(3)	-	(144)	-	(55)	-	(658)
Transferência	-	(3)	(2)	7	-	-	-	-	-	-	(2)	-
Saldo em 30 de setembro de 2010	5.382	33.777	142.941	57.386	4.638	1.600	1.637	7.256	11.034	2.346	7.405	275.402
<u>Depreciação/amortização acumulada</u>												
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	(3.487)	(35.966)	(4.066)	(1.837)	(495)	(815)	(5.161)	(5.085)	(856)	-	(57.768)
Adições	-	(1.440)	(5.510)	(124)	(495)	(107)	(123)	(338)	(938)	(171)	-	(9.246)
Baixas	-	-	6	-	121	1	-	2	-	-	-	130
Transferência	-	-	-	1.095	-	-	-	-	-	-	-	1.095
Saldo em 30 de setembro de 2010	-	(4.927)	(41.470)	(3.095)	(2.211)	(601)	(938)	(5.497)	(6.023)	(1.027)	-	(65.789)
<u>Saldos líquidos em:</u>												
Saldo em 31 de dezembro de 2009	5.382	30.293	106.426	53.313	2.728	1.071	822	2.233	5.949	1.234	7.391	216.842
Saldo em 30 de setembro de 2010	5.382	28.850	101.471	54.291	2.427	999	699	1.759	5.011	1.319	7.405	209.613

Notas Explicativas**16. INTANGÍVEL**Controladora

	30/09/2011		31/12/2010		Taxa de Amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Direitos de uso de softwares	758	(384)	374	275	20%
Outros intangíveis	26	-	26	26	-
Total	784	(384)	400	301	

Consolidado

	30/09/2011		31/12/2010		Taxa anual De amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Ágio na aquisição não amortizável (Vanguarda Participações S.A.)	358.995	-	358.995	-	Indefinida
Ágio na aquisição não amortizável (Maeda S.A. Agroindustrial)	167.209	-	167.209	167.209	Indefinida
Ágio decorrente de contratos de arrendamento de terras	4.632	(434)	4.198	4.632	12,50%
Ágio decorrente de relacionamento com clientes	16.416	(4.104)	12.312	16.416	33,33%
Ágio decorrente de investimentos em investidas	45.433	-	45.433	45.433	Indefinida
Total do ágio	592.685	(4.538)	588.147	233.690	
Direitos de uso de softwares	2.416	(1.665)	751	619	20%
Outros intangíveis	1.299	-	1.299	1.676	-
Total	3.715	(1.665)	2.050	2.295	
Total de intangíveis	596.400	(6.203)	590.197	235.985	

Notas Explicativas**17. FORNECEDORES**

		Controladora		Consolidado	
		30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Insumos Agrícolas					
<u>Em moeda estrangeira</u>					
	Variação do dólar estadunidense	-	-	111.770	57.697
	(-)Ajuste a valor presente	-	-	(1.888)	(2.186)
<u>Em moeda nacional</u>					
	Sem encargos			67.644	37.457
	(-)Ajuste a valor presente	-	-	(818)	(303)
Diversos	Sem encargos	8.684	4.087	19.781	28.117
Total		<u>8.684</u>	<u>4.087</u>	<u>196.489</u>	<u>120.782</u>
Circulante		<u>(8.684)</u>	<u>(4.087)</u>	<u>(167.076)</u>	<u>(87.477)</u>
Não circulante		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.413</u>	<u>33.305</u>

O saldo de fornecedores da controladora é demonstrado pelos valores nominais, por não possuir nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

O saldo de fornecedores da controlada Maeda está garantido por notas promissórias e avais de acionistas, a controlada Maeda efetua o cálculo do AVP sobre a compra dos insumos para as compras com prazo acima de 90 dias utilizando a taxa de desconto mais relevante nas captações mensais.

Notas Explicativas

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Em moeda nacional						
MODERMAQ	Juros - 10,25% a.a.	15/05/2013	211	501	211	501
CCB	Juros de 120% CDI	30/07/2014	43.485	55.228	43.485	55.228
Capital de giro	Variação do CDI e juros de 3,60% a 17,13% a.a	20/08/2014	-	-	12.708	96.973
Capital de giro	Juros de 3,20% a 8,08% a.a + 100% CDI	30/09/2011 a 05/01/2016	3.015	-	103.315	
Capital de giro	147% do CDI	30/09/2011	-	-	11.089	-
Capital de giro	Juros de 18,16% a.a	03/01/2012	-	-	9.978	-
Nota de Credito a Exportação	CDI + juros de 7,44% a 9,70% a.a	30/11/2011 a 02/10/2013	-	-	45.791	-
Finame	4,5% a 11,30% a.a	15/07/12 a 15/09/19	-	-	3.372	-
Finame	4,50% a 8,50% a.a	15/07/2012 a 15/09/2019	-	-	-	3.557
Finame	TJLP + juros de 3,45% a 6% a.a	15/10/2011 a 15/09/2019	-	-	912	-
Finame / BNDES	Juros de 10% a.a.	15/10/2018	-	-	22.239	-
Crédito Rural - Custeio Agrícola	Juros de 7% a.a + Var. Poupança	30/05/2014	-	-	54.862	-
Ativo fixo	TJLP + juros e comissão de 3,45 a 3,55% a.a	15/03/13 a 15/10/17	-	-	-	23.084
Ativo fixo	UMBNDDES + juros e comissão de 3,25% ao ano	15/10/2017	-	-	-	1.391
Finame	TJLP + 6%	15/09/2019	-	-	-	799
Financiamento Rural	7,23% a 9,00% a.a	31/10/2011 a 15/09/2015	-	-	15.514	7.233
Financiamento Rural	IGPM + juros de 6,17% a.a	30/05/2015	-	-	492	-
Ativo fixo	Variação da TR + 8% a.a	19/04/2011	-	-	-	20.934
Ativo fixo	Variação do IGP-M e juros de 6% ao ano	31/10/2011	-	-	-	499
Operações Swap			-	-	13.102	-
Em moeda estrangeira						
Acc - Pré Pagamento	Variação do US\$ dólar, 4,5% a.a + Libor 12M	31/10/2012	-	-	-	4.428
ACC - Pré-Pagamento	Variação do US\$ dólar + juros de 4,00% a 16,00% a.a	23/12/2010 a 28/04/2011	-	-	-	-
ACC - Pré-Pagamento	Variação do US\$ dólar + Libor 12M + juros de 4,50% a 4,98% a.a	30/09/2011	-	-	40.192	-
ACC - Pré-Pagamento	Variação do US\$ dólar + CDI + juros de 7,40% a.a	14/11/2011	-	-	1.788	-
Acc - Pré Pagamento	Variação do US\$ dólar + juros de 3,24% a 16% a.a	22/03/2011 a 23/12/2011	-	-	-	61.310
Comprar	Variação do US\$ dólar + 8,04% a.a	18/10/2011	-	-	2.544	5.010
Pré-exportação	Variação do US\$ dólar 2,2% a.a + Libor 6M	31/01/2014	-	-	-	11.199
Finimp	Juros de 3,62% a.a. + Libor	15/04/2015	-	-	13.215	8.398
Arrendamento Mercantil	Juros de 3,37% a.a. + Libor	13/03/2013	-	-	1.371	-
Capital de giro	Juros de 6,5% a.a. + Libor	30/11/2017	-	-	276.570	-
Capital de Giro	Variação do US\$ dólar e Juros de 6,5% a.a. + Libor	29/06/2010 a 30/11/2017	-	-	-	-
	Outros valores		-	-	25	521
	Total		46.711	55.729	672.775	301.065
	Passivo circulante		(18.746)	(16.457)	(372.566)	(152.786)
	Passivo não circulante		27.965	39.272	300.209	148.279

Notas Explicativas

Os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

Consolidado	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
2012	3.954	15.624	43.737	50.552
2013	15.742	15.549	91.701	36.266
2014	8.269	8.099	70.112	24.513
2015	-	-	66.337	16.387
Após 2015	-	-	28.322	20.561
Total	27.965	39.272	300.209	148.279

Garantias

Os financiamentos da modalidade MODERMAQ são garantidos por alienação fiduciária dos bens e por nota promissória em nome da Companhia, a qual possui obrigação de contratar seguro dos bens financiados até a quitação total dos financiamentos.

Os empréstimos da modalidade CCB – Cédula de Crédito Bancário estão garantidos por cessão fiduciária de créditos e hipoteca dos seus parques industriais localizados nas cidades de Porto Nacional/TO, Rosário do Sul/RS e Floriano/PI e alienação fiduciária da sua planta esmagadora localizada na cidade de Iraquara/BA.

Em garantia aos empréstimos e financiamentos da controladora Maeda S.A. Agroindustrial são oferecidos: alienação fiduciária de bens objeto dos empréstimos, hipoteca de imóveis, penhor mercantil de caroço de algodão, algodão em pluma, soja em grãos e avais dos diretores.

Covenants

Como forma de monitoramento da situação financeira da controlada Maeda S.A. Agroindustrial pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívida. A Companhia realiza o acompanhamento sobre o atendimento a tais cláusulas, tendo sido observada no período em questão pela Companhia e suas controladas e/ou discutidas, pontualmente, com as respectivas instituições financeiras, para obtenção de renúncia/perdão formal (“waiver”), quando aplicável.

Contudo, em 30 de setembro de 2011, a Controlada Maeda S.A. Agroindustrial apresenta contrato de financiamento, no montante de R\$ 14.442, integralmente registrado no passivo circulante, pela quebra de covenants originais, para os quais ainda não foram formalizados “waivers” até a data de emissão dessas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES**

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Adiantamento–Petrobras (a)	-	20.576	-	20.576
Bunge Alimentos S.A	-	-	3.797	-
Nethgrain B.V(b)	-	-	17.462	-
Clientes diversos	178	68	13.432	5.966
Total	178	20.644	34.691	26.542
Circulante	(178)	(20.644)	(32.691)	(26.542)
Não circulante	-	-	2.000	-

- (a) Refere-se ao saldo do adiantamento de numerário efetuado em 07 de dezembro de 2007 pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, para a retirada de biodiesel, atualizado até a data do balanço, Conforme o Termo de Transação para Resolução de Litígio (“Termo”), firmado em 02 de março de 2011, mencionado na nota explicativa nº 5.
- (b) Refere-se ao contrato de compra e venda de derivados de soja, firmado em 10 de março de 2011, com fim específico de exportação, cujo cumprimento deverá ocorrer até o encerramento deste exercício.

20. DÍVIDA COM A UNIÃO – PESA (CONSOLIDADO)**Maeda S.A. Agroindustrial**

Em 1998, mediante aditivo contratual e operação de securitização, foram alongados, junto à instituição financeira federal, os vencimentos de financiamentos para custeio agrícola, sob o amparo da Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA. Consoante contratos firmados, a atualização monetária desses financiamentos (IGP-M) é capitalizada para amortização no vencimento da operação, previsto para novembro de 2018, e os juros atualmente incidentes, de 3% ao ano, são liquidados a cada ano e, para fins de seu cálculo, o IGP-M incidente sobre o principal está limitado a 9,5% ao ano. A partir de 2001, a União passou a ser credora desses financiamentos, conforme Medida provisória nº 2.196/03, sem modificações nas condições pactuadas em contrato firmado junto à instituição financeira.

Em garantia desses financiamentos, foram oferecidos avais, hipotecas e bens do ativo imobilizado, bem como aplicações financeiras em Certificados do Tesouro Nacional (CTN), com vencimento igual ao dos financiamentos. Segundo as condições pactuadas, a atualização monetária pelo IGP-M e os juros de 12% ao ano dessas aplicações são capitalizados para que, no seu vencimento, o montante apurado seja igual ao montante dos financiamentos.

Devido às especificidades desse instrumento financeiro (prazo alongado e encargos subsidiados), a administração da Maeda, em linha com as novas práticas contábeis,

Notas Explicativas

introduzidas pela Lei 11.638/07, vem registrando o referido instrumento utilizando o conceito de Ajuste a Valor Presente, calculando o valor dessa obrigação com base no fluxo de desembolsos futuros trazidos a valor presente, descontados por uma taxa de juros, referencial para a data em que a transação foi contratada, de 12% ao ano.

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
Valor do principal-ajustado a valor presente	51.408	45.338
Aplicações financeiras vinculadas-CTN	(51.408)	(45.338)
Valor presente dos juros futuros	13.824	16.655
Passivo circulante	(2.266)	(2.784)
Não circulante	11.558	13.871

21. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAPEIFRS)	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
ICMS Rio Grande do Sul (a)	18.061	19.239	18.074	19.239
REFIS (b)	-	-	30.123	28.630
Outros	-	-	5.232	5.970
Total	18.061	19.239	53.429	53.839
Circulante	(5.286)	(4.991)	(12.560)	(12.628)
Não circulante	12.775	14.248	40.869	41.211

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.19, a Companhia efetuou parcelamento de ICMS do Estado do Rio Grande do Sul em 48 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em fevereiro de 2011. As parcelas são atualizadas pela variação INPC/IBGE.

(b) Refere-se basicamente ao valor de parcelamentos efetuados pela controlada Maeda S.A. Agroindustrial, conforme descrito a seguir:

Parcelamento da Lei 11.941/09 - "REFIS"

Em novembro de 2009, a controlada Maeda S.A. Agroindustrial aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - "REFIS", instituído pela Lei no 11.941/09 e pela Medida Provisória no 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias.

Os valores incluídos no REFIS ainda serão homologados e passam a ser atualizados com base na taxa SELIC. Os novos débitos foram parcelados em 180 meses e as novas prestações mensais respeitam o mínimo, definido pela Lei, equivalente a 85% do valor da última parcela do mês anterior ao da edição da MP 449/08, para os parcelamentos migrados.

Notas Explicativas

Como consequência da adesão ao REFIS, a controlada Maeda obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

<u>Movimentação do REFIS</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo do REFIS em 31 de dezembro de 2010	28.630
Valor bruto de novos débitos incluídos	868
Encargos financeiros no período	2.363
Reversão de desconto	4.392
Pagamentos com prejuízo fiscal	(1.527)
Pagamentos no período	(4.603)
Saldo do REFIS em 30 de setembro de 2011	<u>30.123</u>

22. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

<u>Causas</u>	<u>Controladora (BR GAAP)</u>		<u>Consolidado (BR GAAP e IFRS)</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Tributárias	361	361	644	16.632
Trabalhistas	1.422	1.632	9.938	264
Cíveis	104	104	26.130	6.002
Tributos Sub Júdice	-	-	11.744	9.556
Total	1.887	2.097	48.456	18.830

Movimentação das provisões:

Controladora

<u>Causas</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.632	361	104	2.097
Novos processos/complementos	81	-	-	81
Baixas por pagamento	(291)	-	-	(291)
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>1.422</u>	<u>361</u>	<u>104</u>	<u>1.887</u>

Notas ExplicativasConsolidado

Causas	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Tributos sub-judice	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.640	6.002	632	9.556	18.830
Incorporação Vanguarda Participações S.A.	6.114	20.114	-	-	26.228
Novos processos/complementos	1.661	1.047	12	2.001	4.721
Baixas por pagamento/Reversão	(477)	(1.095)	-	702	(870)
Encargos financeiros no período	-	62	-	(515)	(453)
Saldo em 30 de setembro de 2011	9.938	26.130	644	11.744	48.456

As ações consideradas relevantes pela administração da Companhia são:

Causas com probabilidade de perda possível (Controladora):Reclamações Trabalhistas – Marcos César de Moraes

Em 17 de março de 2009, a Companhia foi notificada da existência da demanda pelo descumprimento de cláusula contratual com Marcos César de Moraes no montante de R\$ 5.000 (valor atual de R\$ 7.000). No segundo trimestre de 2010, a Companhia foi derrotada em 1ª instância e procedeu ao recurso. Em segunda instância, o Desembargador Relator (TRT da 24ª Região) deu provimento ao nosso recurso. Contudo, o recurso não foi provido face o julgamento desfavorável dos outros dois Desembargadores da Câmara Julgadora. Atualmente os autos estão aguardando remessa ao TST, eis que o Recurso de Revista foi admitido. Mesmo tendo perdido o processo em 1ª e 2ª instâncias, a Companhia e seus assessores jurídicos entendem que a possibilidade de perda desse processo é possível.

Causas com probabilidade de perda remota (Consolidado):Tributos em discussão judicial

A controlada Maeda S.A. Agroindustrial, baseada na opinião favorável dos seus consultores jurídicos, vem contestando a exigibilidade e, também, requerendo, administrativa ou judicialmente, o reconhecimento de créditos compensados com determinados impostos e contribuições. Em 30 de setembro de 2011, o saldo de tributos sub-judice, é de R\$ 11.744 (31 de dezembro de 2010, R\$ 9.556), incluindo encargos financeiros calculados com base na taxa SELIC e é relativo, substancialmente, a: (i) Crédito Presumido de IPI - tomados sobre exportações do período compreendido entre 2000 e 2002, os quais foram compensados com débitos tributários nos meses de novembro e dezembro de 2003 e julho de 2004, e (ii) INSS agroindústria sobre faturamento para fins de exportação.

Notas Explicativas

Como se trata de uma obrigação legal ainda não julgada, a controlada mantém provisão constituída nos seguintes montantes:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Crédito presumido IPI (i)	3.174	3.036
INSS comercial exportadora (ii)	8.570	6.006
ICMS	-	514
Total	<u>11.744</u>	<u>9.556</u>

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A seguir relacionamos as transações no período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	<u>Controladora (BR GAAP)</u>		<u>Consolidado (BR GAAP e IFRS)</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar – IRPJ e CSL	44.932	97.283	46.688	97.283
Aumento de Capital	1.100.000	-	1.100.000	-
Ajuste CPC 15 (a)	(308.989)	-	(308.989)	-
Capitalização de AFAC	1.787	-	-	-

(a) Ver notas explicativas nº 1 e 14.

24. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<u>Ativo não circulante</u>				
Adiantamentos para futuro aumento de capital (a)	7.333	9.081	-	-
Jaborandi Propriedades Agrícolas S.A. (AFAC)	-	-	250	-
Varguarda Agro S.A.	-	-	-	-
Acionistas indiretos-Família Maeda	-	-	432	-
	<u>7.333</u>	<u>9.081</u>	<u>682</u>	<u>-</u>
<u>Passivo circulante</u>				
Brasilagro	-	-	2.268	6.568
Jaborandi Propriedades Agrícolas S.A.	-	-	243	-
Maeda S.A.	22.809	-	-	-
Acionistas indiretos-Família Maeda	-	-	4.373	3.933
Outros	9	-	1	-
Total	<u>22.818</u>	<u>-</u>	<u>6.885</u>	<u>10.501</u>

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<u>Passivo não circulante</u>				
Jaborandi Propriedades Agrícolas S.A.	-	-	-	184
Jaborandi Agrícola Ltda.	-	-	4.436	834
Brasilagro – Companhia Brasileira de Prop. Agrícolas	-	-	5.100	-
Outros	21	24	-	-
Total	21	24	9.536	1.018

(a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 12.

Os saldos apresentados no passivo circulante e não circulante, no consolidado, correspondem, substancialmente, a operação de mútuo, com prazos de vencimento variáveis e renováveis, atualizados com base em taxas e/ou indexadores acordados entre as partes, tais como: variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (Salegli Participações Ltda., Maeda – Armazéns Gerais, Vanguarda Agro), variação do dólar estadunidense mais juros anuais de 8,3% (Maeda International S.A), juros anuais pré-fixados de 17% até 30 de junho de 2011 e a partir de 01 de julho de 2011 à 120% do CDI (Brasilagro) e juros anuais pré-fixados de 15% (Acionistas indiretos – família Maeda).

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<u>Resultado financeiro</u>				
Maeda S.A Agroindustrial.	234	-	-	-

A empresa Vanguarda do Brasil S.A. subsidiária da Vanguarda-Agro, comparece como avalista em Nota promissória emitida pela Vanguarda Participações S.A. em 25 de maio de 2011 no valor total de R\$ 99.328.019,82 (noventa e nove milhões, trezentos e vinte e oito mil e dezenove reais e oitenta e dois centavos), para garantir obrigação assumida por seu então acionista controlador, Sr. Otaviano Olavo Pivetta, nos termos do Instrumento Particular de Compra e Venda de Participação Societária e Outras Avenças celebrado na mesma data com o BTG Pactual Vanguarda Fundo de Investimento em Participações, por meio do qual o Sr. Otaviano adquiriu 11.721.127 (onze milhões, setecentas e vinte e uma mil, cento e vinte e sete) ações ordinárias representativas, à época, de 8% (oito por cento) do capital social total da Vanguarda Participações S.A. O pagamento do valor corrigido deverá ser realizado pelo Sr. Otaviano ao BTG FIP em 20 de dezembro de 2011. Comparece também como garantidor dessa obrigação a empresa Veremonte Participações S.A., com o mesmo nível de obrigações da Vanguarda do Brasil S.A.

O Sr. Otaviano é também avalista/garantidor de operações de financiamentos contratadas pela Vanguarda Participações S.A, ou através de suas empresas controladas, cujo montante em 30 de setembro de 2011 representava o valor de R\$ 282.033 (informação não revisada).

Ver ainda a nota explicativa nº 27 sobre a remuneração dos administradores.

Notas Explicativas

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota explicativa	CAPITAL			PREJUÍZOS ACUMULADOS		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio líquido
	Capital Social	Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Ajuste CPC-15		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	808.213	(15.323)	15	(404.079)	-	-	388.826
Aumento de capital com:							
Emissão de ações	-	-	-	-	-	-	-
(-) Gastos com emissões de ações	-	(1.150)	-	-	-	-	(1.150)
Lucro do período	-	-	-	20.948	-	-	20.948
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2010	808.213	(16.473)	15	(383.131)	-	-	408.624
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	1.128.354	(16.999)	2.107	(426.989)	-	-	686.473
Aumento de capital com:							
Emissões de ações	25	1.100.000	-	-	-	-	1.100.000
(-) Gastos com emissões de ações		-	(3.852)	-	-	-	(3.852)
Prejuízo do período		-	-	(68.259)	-	-	(68.259)
(-) Ajuste CPC - 15 Combinações de negócios		-	-	-	(308.989)	-	(308.989)
Planos de opções de ações:							
Companhia	35	-	-	2.941	-	-	2.941
Controlada	35	-	-	766	-	-	766
Ajuste Avaliação Patrimonial	13	-	-	-	-	1.059	1.059
SALDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011	2.228.354	(20.851)	5.814	(495.248)	(308.989)	1.059	1.410.139

Capital Social

Em 30 de setembro de 2011 o capital social era de R\$ 2.228.354 (31 de dezembro de 2010 ,R\$ 1.128.354), representado por 2.320.145 mil ações ordinárias nominativas e sem valor (31 de dezembro de 2010, 1.084.190 mil).

Em 23 de dezembro de 2010 a Companhia homologou um aumento de capital social, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 320.140, mediante a emissão de 358.942 mil novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas ao preço de emissão de R\$ 0,89 por ação. O aumento de capital foi integralizado mediante a incorporação de 100% das ações da Maeda S.A. Agroindustrial, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

O valor da negociação teve como referência o valor estabelecido para a Maeda, através de laudo econômico elaborado pelo Banco Credit Suisse, divulgado ao mercado em 07 de dezembro de 2010. Com base no valor definido, foi estabelecida a relação de troca de ações, na base de 1 (uma) ação da Companhia para 3,6395 ações da Maeda.

Para viabilizar os processos de aumento de capital em 2010, a Companhia incorreu em gastos no montante de R\$ 1.676.

Em 06 de setembro de 2011 a Companhia homologou um aumento de capital social, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 1.100.000, mediante a emissão de 1.235.955 mil novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas ao preço de emissão de R\$ 0,89 por ação. Considerando os termos do CPC 15, o valor do investimento foi ajustado pelo valor justo da contraprestação do pagamento (1.235.955 mil ações ordinárias x R\$ 0,64/ação – cotação na data da operação), representando um ajuste de R\$ 308.989. O aumento de capital foi integralizado mediante a

Notas Explicativas

incorporação de 100% das ações da Vanguarda Agro S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 14.

Para efetivação do referido aumento de capital no montante de R\$ 1.100.000 foi utilizado laudo econômico financeiro da Vanguarda Participações S.A. cumprindo com os dispositivos da legislação societária brasileira, no entanto de acordo com o CPC 15 *Combinação de negócios* pelo fato da Companhia ter emitido novas ações que possuem mercado ativo foi considerado como contraprestação transferida à combinação de negócios o valor justo das ações emitidas pela Companhia na data da aquisição, em 6 de setembro de 2011, que resultou em um montante de R\$ 791.011, a diferença no montante de R\$ 308.989 observada entre o valor atribuído ao aumento de capital e o valor justo das considerações transferidas foi registrada a título de ajuste contábil em conta de prejuízos acumuladas no patrimônio líquido.

O valor da negociação teve como referência o valor estabelecido para a Vanguarda Agro S.A., através de laudo econômico elaborado por terceiros, divulgado ao mercado em 06 de setembro de 2011. Com base no valor definido, foi estabelecida a relação de troca de ações, na base de 1 (uma) ação da Vanguarda Participações S.A para 6,31 ações da Vanguarda Agro S.A.

Para viabilizar os processos de aumento de capital em 06 de setembro de 2011, a Companhia incorreu em gastos nos respectivos montantes de R\$ 3.852.

As ações de emissão da Companhia são exclusivamente ordinárias e têm a forma nominativa, escritural e sem valor nominal.

Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, direito de preferência para subscrição de aumentos de capital.

Do resultado líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, o lucro líquido terá a seguinte destinação:

- a) 5% serão aplicados na constituição de Reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social;
- b) 25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, da Lei 6.404/76.

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, o mesmo ficará à disposição da Assembléia para destinação.

Notas Explicativas

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio, que inclui capital e reservas, conforme apresentado na nota explicativa nº 26 e o capital de terceiros.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A administração da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras.

Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e também, dessa nota explicativa.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração, assessorado pelo comitê de auditoria e gestão de riscos, tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

Notas Explicativas

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A diretoria financeira da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios internos sobre os riscos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros de valor justo e de preço) e crédito.

A Companhia procura minimizar os efeitos desses riscos por meio de instrumentos financeiros para proteção dessas exposições aos riscos. O uso de instrumentos financeiros é orientado pelas políticas da Companhia, aprovadas pela Administração, que fornece os princípios relacionados aos riscos de moeda estrangeira, taxa de juros e créditos, ao uso de instrumentos financeiros derivativos e ao investimento da liquidez excedente.

A diretoria financeira apresenta relatórios mensais ao Conselho de Administração que monitora os riscos e as políticas implementadas para mitigar a exposição aos riscos.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de clientes.

Risco de concentração do contas a receber

A Companhia possui concentração de faturamento para à Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Qualquer problema de liquidez deste cliente ou redução na demanda causará impactos nas decisões de investimentos da Companhia.

Gerenciamento do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas efetuaram pagamentos de empréstimos nos montantes destacados abaixo:

	Controladora	Consolidado
Pagamentos no 1º trimestre de 2011 (*)	4.026	62.648
Pagamentos no 2º trimestre de 2011 (*)	4.450	27.917
Pagamentos no 3º trimestre de 2011 (*)	7.630	66.791

(*) pagamentos de empréstimos e financiamentos às instituições financeiras.

A Companhia e suas controladas não possuíam linhas de créditos contratadas em 30 de setembro de 2011.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Controladora

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
<u>Em 31 de dezembro de 2010</u>				
Fornecedores	4.087	-	-	4.087
Empréstimos e financiamentos	16.457	11.805	27.467	55.729
Outras contas a pagar	655	-	-	655
Total	21.199	11.805	27.467	60.471
<u>Em 30 de setembro de 2011</u>				
Fornecedores	8.684	-	-	8.684
Empréstimos e financiamentos	18.746	3.954	24.011	46.711
Outras contas a pagar	809	-	-	809
Total	28.239	3.954	24.011	56.204

Consolidado

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<u>Em 31 de dezembro de 2010</u>					
Fornecedores	87.477	24.545	8.760	-	120.782
Empréstimos e financiamentos	152.876	52.334	73.795	22.060	301.065
Partes relacionadas	10.501	1.018	-	-	11.519
Dívida com a União -PESA	2.784	2.045	4.912	6.914	16.655
Outras contas a pagar	8.124	-	-	-	8.124
Total	261.762	79.942	87.467	28.974	458.145

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2011

Fornecedores	167.076	17.238	12.175	-	196.489
Empréstimos e financiamentos	372.566	64.570	121.503	114.136	672.775
Títulos a pagar	32.049	-	-	-	32.049
Partes relacionadas	6.885	9.480	-	-	16.365
Dívida com a União-PESA	2.266	2.432	6.742	2.384	13.824
Outras contas a pagar	39.711	22.228	-	-	61.939
Total	620.553	115.958	140.420	116.520	993.441

Risco de taxa de câmbio

As controladas da Companhia têm compromissos de venda, bem como de compras e de empréstimos e financiamentos, em moeda estrangeira. Em complemento a este hedge natural, a Companhia contrata derivativos, para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio. Assim, o referido risco de câmbio é calculado levando-se em consideração dois principais aspectos: (i) o impacto nas contas do balanço que são indexadas a moeda estrangeira e (ii) o impacto no fluxo de caixa das entradas e saídas de fluxo financeiro indexados a moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira - consolidado

As controladas da Companhia possuem ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 30 de junho de 2011 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I (provável) a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II (possível) esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III (remoto) em 50%.

	Saldo 30/09/2011	Cenário I R\$		Cenário II R\$		Cenário III R\$	
	US\$	Taxa	ganho(perda)	Taxa	ganho(perda)	Taxa	ganho(perda)
<u>Ativos</u>							
(a)							
Caixa (Fechamento de Câmbio)	127	1,75	(13)	2,19	(16)	2,63	(20)
Contas a Receber	5.480	1,75	(561)	2,19	(701)	2,63	(842)
Adto a Fornecedores de							
Insumos	169	1,75	(17)	2,19	(22)	2,63	(26)
Instrumentos Financeiros							
derivativos	10	1,75	(1)	2,19	(1)	2,63	(2)
<u>Passivos</u>							
Adto Clientes Estrangeiros	1.730	1,75	177	2,19	222	2,63	266
Fornecedores de Insumos	17.496	1,75	1.792	2,19	2.240	2,63	2.687
Títulos a pagar	112	1,75	11	2,19	14	2,63	17
Financiamentos	24.010	1,75	2.459	2,19	3.073	2,63	3.688
Instrumentos Financeiros							
derivativos	4.346	1,75	444	2,19	554	2,63	666
Efeito líquido no Resultado			4.291		5.364		6.434

Notas Explicativas

- (a) A taxa de conversão (R\$ 1,75 para US\$ 1,00) utilizadas nas tabelas de sensibilidade como cenário provável foram obtidas do na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro

Risco de taxa de juros:

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos indexados pela variação da TJLP, IGP-M, Libor e do CDI, e aplicações financeiras indexados à variação do CDI, expondo estes ativos e passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a juros abaixo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade, e utilizando os saldos de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2011, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2011. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi reduzida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

Controladora

Modalidade	Saldo 30.09.11	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		TAXA	R\$ ganho (perda)	TAXA	R\$ ganho (perda)	TAXA	R\$ ganho (perda)
<u>Aplicação Financeira</u>							
Renda Fixa	706	11,90%	84	14,88%	105	17,85%	126
	39.090	11,90%					
CDI			4.652	14,88%	5.815	17,85%	6.978
	<u>39.796</u>						
<u>Empréstimos</u>							
CDI	46.499	11,90%	(5.533)	14,88%	(6.917)	17,85%	(8.300)
	212	6,00%					
TJLP			(13)	7,50%	(16)	9,00%	(19)
	<u>46.711</u>						
Efeito Líquido no resultado			<u>(810)</u>		<u>(1.013)</u>		<u>(1.215)</u>

Notas ExplicativasConsolidado

Modalidade	Saldo 30.09.11	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		TAXA	R\$ ganho (perda)	TAXA	R\$ ganho (perda)	TAXA	R\$ ganho (perda)
<u>Aplicação financeira</u>							
Renda Fixa	706	11,90%	84	14,88%	105	17,85%	126
CDI	45.320	11,90%	5.382	14,88%	6.728	17,85%	8.074
	45.936						
<u>Empréstimos</u>							
CDI	273.062	11,90%	(32.494)	14,88%	(40.618)	17,85%	(48.742)
IGPM	14.316	7,76%	(1.111)	9,70%	(1.389)	11,64%	(1.666)
TJLP	1.124	6,00%	(67)	7,50%	(84)	9,00%	(101)
Libor	291.156	6,84%	(19.920)	8,55%	(24.900)	10,26%	(29.880)
	579.658						
Efeito Líquido no resultado			(48.126)		(60.158)		(72.189)

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Para determinar o valor estimado de mercado dos instrumentos financeiros, foram utilizadas as informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. As estimativas não indicam, necessariamente, que tais instrumentos possam ser operados no mercado diferentemente das taxas utilizadas. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado.

Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente para que seu registro não apresente uma divergência significativa para o correspondente valor justo no momento inicial. Nesse contexto, a administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período.

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos que são mensurados ao custo amortizado:

		31/12/2010			
		Controladora		Consolidado	
	Categoria de instrumento financeiro	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativo</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	107.932	107.932	126.653	126.653
Bancos e aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	5.429	5.429	10.827	10.827
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	9.438	9.438	13.268	13.268
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	716	716	741	741
<u>Passivo</u>					
Fornecedores	Outros passivos	4.087	4.087	120.782	120.782
Dívida União Pesa	Outros passivos	-	-	16.655	16.655
Empréstimos e Financiamentos	Outros passivos	55.729	55.729	301.065	301.065

		30/09/2011			
		Controladora		Consolidado	
	Categoria de instrumento financeiro	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativo</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	34.719	34.719	48.786	48.786
Bancos e aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	5.862	5.862	12.593	12.593
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	41.684	41.684	72.675	72.675
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	1.052	1.052	1.955	1.955
<u>Passivo</u>					
Fornecedores	Outros passivos	8.684	8.684	196.487	196.487
Dívida União Pesa	Outros passivos	-	-	13.824	13.824
Empréstimos e Financiamentos	Outros passivos	46.711	46.711	672.775	672.775

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros derivativos (consolidado)

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contras os riscos de flutuação na taxa de câmbio e nos preços das "commodities" e não são utilizados para fins especulativos.

	30/09/2011			31/12/2010		
	Valor de referência (nacional), em USD	Valor justo passivo (mercado)	Ganho/ (perda) no Resultado financeiro	Valor de referência (nacional), em USD	Valor justo passivo (mercado)	Ganho/ (perda) no Resultado financeiro
Tipo						
<u>Swaps de moeda e taxa de juros</u>						
Swap de valor justo (USD)	18.874.029	2.033	(2.033)	21.005.882	2.370	(2.370)
<u>Contratos a termo - NDF</u>						
Moeda estrangeira (USD)	34.000.000	6.008	(6.008)	10.670.000	483	483
Moeda estrangeira (USD)	-	-	-	10.600.000	130	130
Moeda estrangeira (USD)	-	-	-	2.587.214	24	(24)
Moeda estrangeira (USD)	8.496	(18)	(18)	-	-	-
<u>Contratos de opções de compra</u>						
Posição titular - venda						
Contratos de soja-commodities	-	-	-	712.080	1.187	(1.187)
Contratos de açúcar - commodities	-	-	-	5.822.040	1.124	(1.124)
Total em aberto/não realizado - Ativo e Passivo circulante			(8.059)			(4.092)

Os instrumentos financeiros destacados (NDF e SWAP) acima foram contratados pela controlada Maeda S.A. Agroindustrial como proteção para variações relativas ao preço dos produtos agrícolas cultivados, principalmente soja e algodão.

27. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

A remuneração dos diretores e das demais pessoas-chave da Administração durante o trimestre e semestre findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010 foi a seguinte:

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Remuneração de conselheiros	1.103	1.012	1.103	1.012
Remuneração dos administradores	1.620	1.592	2.364	1.592
Encargos sociais	300	286	382	286
Total	<u>3.023</u>	<u>2.890</u>	<u>3.849</u>	<u>2.890</u>

Notas Explicativas

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Adicionalmente, ver nota explicativa nº 35 para pagamentos baseados em ações.

28. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	01/01/11 até 30/09/11	01/01/10 até 30/09/10	01/01/11 até 30/09/11	01/07/10 até 30/09/10
<u>RECEITA LÍQUIDA</u>				
<u>Receita bruta de vendas e serviços</u>	493.615	404.013	758.245	404.013
<u>Deduções de vendas</u>				
Devoluções e abatimentos	(5.537)	(1.406)	(6.680)	(1.406)
Impostos sobre vendas	(69.169)	(74.043)	(80.006)	(74.043)
Crédito do benefício fiscal ICMS	12.207	22.931	12.275	22.931
Total de deduções de vendas	(62.499)	(52.518)	(74.411)	(52.518)
<u>Receita líquida de vendas</u>	<u>431.116</u>	<u>351.495</u>	<u>683.834</u>	<u>351.495</u>

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	01/07/11 até 30/09/11	01/07/10 até 30/09/10	01/07/11 até 30/09/11	01/07/10 até 30/09/10
<u>Receita bruta de vendas e serviços</u>	185.271	110.802	309.730	110.802
<u>Deduções de vendas</u>				
Devoluções e abatimentos	(2.885)	(128)	(3.761)	(128)
Impostos sobre vendas	(24.857)	(16.421)	(30.973)	(16.421)
Crédito do benefício fiscal ICMS	4.074	-	4.142	-
Total de deduções de vendas	(23.668)	(16.549)	(30.592)	(16.549)
<u>Receita líquida de vendas</u>	<u>161.603</u>	<u>94.253</u>	<u>279.138</u>	<u>94.253</u>

29. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	01/01/11 até 30/09/11	01/01/10 até 30/09/10	01/01/11 até 30/09/11	01/01/10 até 30/09/10
Custo dos produtos vendidos	(411.160)	(279.385)	(659.155)	(279.385)
Custos dos ativos ociosos (a)	(12.877)	(13.532)	(19.090)	(13.532)
Total	<u>(424.037)</u>	<u>(292.917)</u>	<u>(678.245)</u>	<u>(292.917)</u>

Notas Explicativas

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	01/07/11 até 30/09/11	01/07/10 até 30/09/10	01/07/11 até 30/09/11	01/07/10 até 30/09/10
Custo dos produtos vendidos	(155.356)	(80.051)	(269.600)	(80.051)
Custos dos ativos ociosos (a)	(4.244)	(4.434)	(5.086)	(4.434)
Total	<u>(159.600)</u>	<u>(84.485)</u>	<u>(274.686)</u>	<u>(84.485)</u>

(a) Refere-se principalmente aos custos das unidades que não estão em operação (Floriano, Crateús, Iraquara e Itaquí).

30. DESPESAS POR NATUREZA

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas nas demonstrações do resultado de acordo com sua função:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	01/07/11 até 30/09/11	01/07/10 até 30/09/10	01/07/11 até 30/09/11	01/07/10 até 30/09/10
Custos variáveis e gastos indiretos de produção	(109.742)	(80.051)	(218.798)	(80.051)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	(184)	7.549	(663)
Custos de mercadorias vendidas	(42.885)	-	(48.075)	-
Custos de ociosidade	(4.244)	(4.434)	(5.086)	(4.434)
Despesas com pessoal (*)	(2.998)	(4.292)	(10.903)	(4.390)
Viagens e estadias	(656)	(809)	(995)	(809)
Despesa com manutenções e reparos	(174)	(151)	(361)	(151)
Depreciações e amortizações	(2.809)	(2.805)	(6.028)	(3320)
Amortização de ágio	(1.512)	-	(1.512)	-
Assessoria e consultoria	(1.389)	(1.129)	(3.205)	(1.145)
Resultado de equivalência patrimonial	(57.530)	(1.185)	-	-
Outras despesas	<u>(5.211)</u>	<u>(3.409)</u>	<u>(8.815)</u>	<u>(3.439)</u>
Total	<u>(229.150)</u>	<u>(98.449)</u>	<u>(296.229)</u>	<u>(98.402)</u>

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	01/01/11 até 30/09/11	01/01/10 até 30/09/10	01/01/11 até 30/09/11	01/01/10 até 30/09/10
Custos variáveis e gastos indiretos de produção	(343.612)	(266.794)	(535.655)	(266.794)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	1.017	(525)	29.662	(2.011)
Custos de mercadorias vendidas	(62.138)	(12.591)	(106.768)	(12.591)
Custos de ociosidade	(12.877)	(13.532)	(19.090)	(13.532)
Despesas com pessoal (*)	(17.636)	(13.803)	(30.979)	(14.127)
Viagens e estadias	(1.876)	(2.217)	(2.535)	(2.221)
Despesa com manutenções e reparos	(717)	(281)	(1.086)	(281)
Depreciações e amortizações	(8.383)	(6.869)	(18.382)	(8.160)
Amortização de ágio	(4.538)	-	(4.538)	-
Assessoria e consultoria	(3.387)	(5.017)	(7.374)	(5.033)
Resultado de equivalência patrimonial	(30.736)	(3.380)	-	-
Outras despesas	(11.407)	(4.064)	(16.371)	(4.263)
Total	(496.290)	(329.073)	(713.116)	(329.013)

(*) Inclui a remuneração dos administradores, mencionada na nota explicativa nº 27.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	01/07/11 até 30/09/11	01/07/10 até 30/09/10	01/07/11 até 30/09/11	01/07/10 até 30/09/10
Custo dos produtos vendidos	(159.600)	(84.485)	(274.686)	(84.485)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	(184)	7.549	(663)
Gerais e administrativas	(11.349)	(9.473)	(21.697)	(10.263)
Despesas tributárias	(399)	(78)	(399)	(77)
Outras receitas (despesas) operacionais	(272)	(3.044)	(6.996)	(2.914)
Resultado de equivalência patrimonial	(57.530)	(1.185)	-	-
Total	(229.150)	(98.449)	(296.229)	(98.402)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	01/01/11 até 30/09/11	01/01/10 até 30/09/10	01/01/11 até 30/09/11	01/01/10 até 30/09/10
Custo dos produtos vendidos	(424.037)	(292.917)	(678.245)	(292.917)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	1.017	(525)	29.662	(2.011)
Gerais e administrativas	(41.322)	(28.871)	(64.895)	(30.836)
Despesas tributárias	(919)	(351)	(948)	(351)
Outras receitas (despesas) operacionais	(293)	(3.029)	1.310	(2.898)
Resultado de equivalência patrimonial	(30.736)	(3.380)	-	-
Total	(496.290)	(329.073)	(713.116)	(329.013)

Notas Explicativas

31. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	01/01/11 até 30/09/11	01/01/11 até 30/09/10	01/01/11 até 30/09/11	01/01/11 até 30/09/10
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos de aplicações financeiras	4.714	8.144	11.291	8.144
Juros	1.217	1.716	26.494	1.716
Outras receitas	19	575	8.268	575
	<u>5.950</u>	<u>10.435</u>	<u>46.053</u>	<u>10.435</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros e variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(6.296)	(5.343)	(56.289)	(5.343)
Outras despesas	(2.735)	(2.649)	(5.613)	(2.709)
	<u>(9.031)</u>	<u>(7.992)</u>	<u>(61.902)</u>	<u>(8.052)</u>
<u>Variações cambiais, líquidas</u>				
Variações cambiais ativas	-	-	52.409	-
Variações cambiais passivas	(4)	(52)	(101.378)	(52)
	<u>(4)</u>	<u>(52)</u>	<u>(48.969)</u>	<u>(52)</u>
Total	<u><u>(3.085)</u></u>	<u><u>2.391</u></u>	<u><u>(64.818)</u></u>	<u><u>2.331</u></u>

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	01/07/11 até 30/09/11	01/07/10 até 30/09/10	01/07/11 até 30/09/11	01/07/10 até 30/09/10
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.204	3.579	3.295	3.579
Juros	224	624	(1.472)	624
Outras receitas	11	10	4.920	10
	<u>1.439</u>	<u>4.213</u>	<u>6.743</u>	<u>4.213</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros e variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(1.960)	(1.921)	(23.058)	(1.921)
Atualização adiantamento de clientes - Petrobras	(44)	-	(44)	-
Outras despesas	(2.139)	(1.074)	(3.821)	(1.121)
	<u>(4.143)</u>	<u>(2.995)</u>	<u>(26.923)</u>	<u>(3.042)</u>
<u>Variação cambial, líquida</u>				
Variação cambial ativa	-	-	22.900	-
Variação cambial passiva	-	-	(85.814)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(62.914)</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>(2.704)</u></u>	<u><u>1.218</u></u>	<u><u>(83.094)</u></u>	<u><u>1.171</u></u>

Notas Explicativas**32. RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS**

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia assinou um acordo de venda das operações da unidade de esmagamento de caroço de algodão “Fábrica de óleo”, juntamente com a planta administrativa, na qual a Companhia realizava as operações de óleo, linter e farelo. A alienação dessas operações é consistente com a política de longo prazo da Companhia, que tem como foco o cultivo e a comercialização de produtos agrícolas.

Essa alienação deve ser totalmente finalizada com a transferência da Inscrição Estadual para a compradora até 01 de novembro de 2011, quando o controle das operações da fábrica de óleo e da planta administrativa será transferida para o adquirente.

Os valores da venda excederam o valor contábil dos respectivos ativos e gerou um resultado positivo no montante de R\$ 8.762.

Lucro do exercício das operações descontinuadas

Receita (a)	40.000
Outras receitas (b)	5.852
Total	45.852
Custos e despesas (c)	(38.264)
Lucro antes dos impostos	7.588
Imposto de renda e contribuição social atribuível	1.174
Lucro do exercício das operações descontinuadas (atribuível aos acionistas da Companhia)	8.762

- (a) O valor da operação de venda foi de R\$ 40.000, adicionalmente, o contrato de venda prevê um adicional de R\$ 20.000 de acordo com o anexo 4.1 (ii), baseado no desempenho econômico financeiro da fábrica para os períodos findos em 31/12/11, 31/12/12 e 31/12/13. A Companhia não efetuou o registro em 30 de setembro de 2011.

Outras receitas (b)

Estorno da provisão do ICMS	3.428
Receita da venda dos estoques	2.424
Total outras receitas	5.852

Custos e despesas (c)

Baixa ativo imobilizado	(28.926)
Baixa do ICMS a recuperar	(6.857)
Baixa dos tributos parcelados	(124)
Baixa de seguros / despesa a apropriar	(773)
Baixa de estoques	(1.584)
Total custos e despesas	(38.264)

Notas ExplicativasFluxo de caixa das operações descontinuadas

Fluxos de caixa líquidos de atividades operacionais	(1.898)
Fluxos de caixa líquidos de atividades de investimento	(6.864)
Fluxos de caixa líquidos	<u>(8.762)</u>

33. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido (prejuízo) e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e do lucro diluído (prejuízo) por ação.

<u>Lucro básico por ação</u>	Controladora		Controladora	
	01/01/11 até 30/09/11	01/01/10 até 30/09/10	01/07/11 até 30/09/11	01/07/10 até 30/09/10
Lucro utilizado na apuração do prejuízo básico por ação das operações continuadas	(68.259)	20.948	(70.251)	2.590
Quantidade de ações média ponderada durante o período	1.193.245.140	725.248.727	1.124.216.156	725.248.727
Lucro por ação – básico (R\$)	(0,05720)	0,2888388	(0,06249)	0,0357119

<u>Lucro diluído por ação</u>	Controladora		Controladora	
	01/01/11 até 30/09/11	01/01/10 até 30/09/10	01/07/11 até 30/09/11	01/07/10 até 30/09/10
Lucro utilizado na apuração do prejuízo básico por ação das operações continuadas	(68.259)	20.948	(70.251)	2.590
Quantidade de ações média ponderada durante o período	1.193.245.140	725.248.727	1.124.216.156	725.248.727
Lucro por ação – diluído (R\$)	(0,05720)	0,2888388	(0,06249)	0,0357119

Instrumentos antidiluidores

Os instrumentos abaixo relacionados diluem os lucros (prejuízos) por ação básicos, por isso não foram incluídos no cálculo do lucro (prejuízo) por ação diluído. Como consequência, a quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro (prejuízo) diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do lucro (prejuízo) por ação básico.

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a:		
Pagamentos baseados em ações	<u>19.200</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

34. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Após a incorporação das controlada Maeda S.A. Agroindustrial e Vanguarda Participações S.A., a Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional (que até então concentrava-se unicamente na produção de biodiesel) com objetivo de melhor identificar as variáveis relevantes de cada segmento e fornecer melhores informações para à Administração na gerencia do negócio. Os segmentos operacionais definidos pela administração são demonstrados abaixo:

Segmento Industrial: envolve as operações de produção de biodiesel e processamento de óleo vegetal. É representado pelas unidades de produção de biodiesel e pelas unidades de esmagamento de grãos para produção de óleo vegetal;

Segmento agrícola: envolve as operações agrícolas realizadas nas fazendas sob gestão da Companhia (próprias e arrendadas) para desenvolvimento de culturas agrícolas (soja, algodão, milho e pinhão manso). Envolve também as atividades realizadas no Núcleo de Produção Comunitária Santa Clara, representadas pela controlada Buriti.

A composição do resultado operacional por segmento da companhia é demonstrada no quadro abaixo:

	Consolidado 30/09/2011		
	Industrial	Agrícola	Total
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	431.116	252.718	683.834
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(424.037)	(254.208)	(678.245)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	1.017	28.645	29.662
LUCRO BRUTO	8.096	27.155	35.251
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	(41.322)	(23.573)	(64.895)
Despesas tributárias	(919)	(29)	(948)
Resultado financeiro	(3.085)	(61.733)	(64.818)
Outras receitas (despesas) operacionais	(293)	1.603	1.310
Total	(45.619)	(83.732)	(129.351)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(37.523)	(56.577)	(94.100)

Notas Explicativas

35. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

Controladora

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações para os seus executivos. De acordo com as condições do plano, conforme aprovado pelos acionistas na Assembléia Geral Ordinária de 30 de abril de 2009 e, posteriormente regulamentada pelo Conselho de Administração em 07 e 26 de outubro de 2010, os executivos definidos para participação do plano receberam opções para a compra de ações ordinárias por um preço de exercício de R\$ 0,89 por ação.

Cada opção de compra dos empregados pode ser convertida em uma ação ordinária da Companhia no momento do exercício da opção. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito a dividendos ou ao voto.

A quantidade de opções concedida foi definida pelo Conselho de Administração da Companhia, assessorado pelo Comitê de Recursos Humanos e não está vinculada ao atingimento de metas individuais ou coletivas da Companhia.

Apresentamos abaixo demonstrativo dos Planos que encontravam-se em vigor em 30 de setembro de 2011 oferecidos aos principais executivos da Companhia:

	<u>2ª outorga</u>	<u>2ª outorga</u>	<u>2ª outorga</u>
Data da outorga	26/10/2010	26/10/2010	26/10/2010
“Dividend yield”	-	-	-
Volatilidade do preço da ação	37,70% a.a.	37,70%a.a.	37,70%a.a.
“Vesting period”	12 meses	24 meses	36 meses
Prazo para exercício após o “vesting period”	36 meses	36 meses	36 meses
Número de opções	4.400.000	4.400.000	4.400.000
Valor justo na data da outorga - R\$	0,61	0,67	0,72
Valor da opção para exercício em 30/09/2011 - R\$	0,89	0,89	0,89

Controlada Maeda S.A. Agroindustrial

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 15 de março de 2011, a outorga de opções de compras de ações a diretores da sua controlada Maeda S.A. Agroindustrial.

Os executivos definidos para participação do plano receberam opções para a compra de ações ordinárias por um preço de exercício de R\$ 0,89 por ação.

Cada opção de compra dos empregados pode ser convertida em uma ação ordinária da Companhia no momento do exercício da opção. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito a dividendos ou ao voto.

Notas Explicativas

A quantidade de opções concedida foi definida pelo Conselho de Administração da Companhia, assessorado pelo Comitê de Recursos Humanos e não está vinculada ao atingimento de metas individuais ou coletivas da Companhia.

Apresentamos abaixo demonstrativo dos Planos que encontram-se em vigor em 30 de setembro de 2011 oferecidos os executivos:

	1ª outorga	1ª outorga	1ª outorga
Data da outorga	15/03/2011	15/03/2011	15/03/2011
“Dividend yield”	-	-	-
Volatilidade do preço da ação	28,50% a.a.	28,50% a.a.	28,50% a.a.
“Vesting period”	12 meses	24 meses	36 meses
Prazo para exercício após o “vesting period”	36 meses	36 meses	36 meses
Número de opções	2.000.000	2.000.000	2.000.000
Valor justo na data da outorga - R\$	0,35	0,40	0,45
Valor da opção para exercício em 30/09/2011 - R\$	0,89	0,89	0,89

Valor justo das opções de compra de ações outorgadas durante o período (controladora e consolidado)

As opções foram precificadas de acordo com um modelo de precificação de opções binomial.

A volatilidade esperada baseia-se na volatilidade de preços histórica e foi calculada com base na metodologia Exponential Weighted Moving Average para o prazo de 60 dias, utilizadas as cotações relativas à 30/09/2010.

Movimentações nas opções de compra de ações durante o período (controladora e consolidado)

No 3º trimestre de 2011 houve a renúncia do Diretor Presidente José Carlos Aguilera conforme fato relevante divulgado em 21 de setembro de 2011, com essa alteração foram revertidas as despesas registradas no período entre a outorga das ações e o efetivo desligamento.

A despesa é registrada em uma base “pro rata temporis”, durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido. As despesas reconhecidas nos períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 foram:

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Despesas com pessoal	(2.941)	-	(3.707)	-

As despesas registradas pela controladora durante o período de nove meses de 2011 montaram em R\$ 2.941).

Notas Explicativas

As despesas registradas pela controladora Maeda S.A. Agroindustrial durante o período de nove meses de 2011 foram de R\$ 766.

36. COMPROMISSOS

Os compromissos futuros existentes na controladora em 30 de setembro de 2011, referem-se substancialmente a:

- (i) BIODIESEL: a Companhia firmou contratos de fornecimento de biodiesel para a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras equivalentes a 46.800 m³, decorrentes do resultado do 23º leilão de biodiesel promovido pela Agência Nacional de Petróleo - ANP, realizado em agosto de 2011. O volume de biodiesel objeto desses contratos deverá ser entregue até 31 de dezembro de 2011.
- (ii) GRÃOS DE SOJA: a Companhia firmou contratos para compra futura de grãos de soja, firmados com Cooperativas de Agricultores Familiares no Rio Grande do Sul, para entrega na safra 2010/2011. O volume dos contratos assinados até dezembro de 2011 é de 218.400 toneladas (informação não revisada pelos auditores), sendo que 162.717 toneladas já tiveram preço fixado e a fixação do preço de 55.683 toneladas restantes será feita de acordo com critérios definidos em contratos, na época de entrega da soja.

Além dos compromissos mencionados no parágrafo acima, através de suas controladas Maeda e Vanguarda, existem os seguintes compromissos:

- (i) SOJA – A Controlada Maeda firmou contratos com clientes para fornecimento de 70.000 toneladas safra 11/12 (informação não revisada pelos auditores) de soja em grãos (aproximadamente 74% da estimativa de produção da safra), destinadas, substancialmente, ao mercado externo (exportação indireta) a preços pré-fixados e a fixar.
- (ii) ALGODÃO – A Controlada Maeda firmou contratos para fornecimento de 11.000 toneladas safra 11/12 (informação não revisada pelos auditores) de pluma de algodão (aproximadamente 29% da estimativa de produção da safra) com preços pré-fixados e a fixar, destinadas, principalmente, ao mercado externo.
- (iii) MILHO – A Controlada Maeda firmou contratos com clientes para fornecimento de 24.000 toneladas 11/12 (informação não revisada pelos auditores) de milho em grãos (aproximadamente 42% da estimativa de produção da safra) com preços pré-fixados, destinados ao mercado interno.

Em 30 de setembro a Controlada Vanguarda Participações S.A possuía contratados 127.052 hectares de arrendamento operacional mantido com terceiros. As aéreas de terras arrendadas

Notas Explicativas

são utilizadas principalmente para o cultivo da soja, algodão e milho, com vencimentos até 2018.

37. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, conforme demonstrado abaixo.

	Controladora (BRGAAP)	Consolidado (BR GAAP e IFRS)
	30/09/2011	30/09/2011
Responsabilidade civil	207.819	239.278
Riscos diversos – imobilizado	310.732	404.134
Riscos diversos - estoques	6.053	118.403
	<u>524.604</u>	<u>761.815</u>

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 21/10/2011, a companhia assinou um “Termo e Condições Gerais para Aquisição Parcial de Ativos da Vanguarda Agro S.A.” com a Camera Agroalimentos, que tem por objeto a compra, pela Camera, e a venda, pela V-Agro, dos estabelecimentos (i) Planta de Extração de óleo vegetal, localizada do Município de São Luiz Gonzaga/RS e (ii) Planta da Usina de Biodiesel localizada no Município de Rosário do Sul/RS, pelo valor de R\$ 55 milhões, sendo R\$ 25 milhões no ato da assinatura do Contrato Definitivo, o que deverá ocorrer em 30 (trinta) dias, e o restante em 36 (trinta e seis) parcelas fixas, mensais e consecutivas. Esse valor está sujeito a ajustes até a data da conclusão da operação.

39. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em 14 de novembro de 2011 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das presentes Informações Trimestrais - ITR, estando aprovadas para divulgação.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA				
Posição em 30/09/2011 (Em unidades de Ações)				
BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.	Total de Ações Emitidas pela Companhia		Posição Acionária Detentores de mais de 5%	
	Ações Ordinárias		Total de Ações	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Otaviano Olavo Pivetta	631.112.016	27,20%	631.112.016	27,20%
FIP Vila Rica I	351.712.856	15,16%	351.712.856	15,16%
Helio Seibel	179.255.569	7,73%	179.255.569	7,73%
Tiradentes FIP	142.669.307	6,15%	142.669.307	6,15%
Outros Acionistas	1.015.395.590	43,76%	-	-
Total	2.320.145.338	100,00%	1.304.749.748	56,24%

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DO ACIONISTA CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO.				
Posição em 30/09/2011 (Em unidades de Ações)				
BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.	Total de Ações Emitidas pela Companhia		Posição Acionária Consolidada	
	Ações Ordinárias		Ações Ordinárias	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	0	0%	0	0%
Conselho de Administração	181.557.571	7,83%	181.557.571	7,83%
Diretoria	7.315	0,00%	7.315	0,00%
Conselho Fiscal	200.000	0,01%	200.000	0,01%
Ações em Circulação	2.138.380.452	92,17%	2.138.380.452	92,17%
Total	2.320.145.338	100,00%	2.320.145.338	100,00%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA				
Posição em 30/09/2010 (Em unidades de Ações)				
BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.	Total de Ações Emitidas pela Companhia		Posição Acionária Detentores de mais de 5%	
	Ações Ordinárias		Total de Ações	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundo Inv. Part. Neo Biodiesel	88.870.368	12,25%	88.870.368	12,25%
Bonsucex Holding Ltda (*)	63.072.471	8,69%	63.072.471	8,69%
Sílvio Tini de Araújo	8.237.733	1,14%		
Outros Acionistas	565.068.155	77,91%		
Total	725.248.727	100,00%	151.942.839	20,95%

(*) Sílvio Tini de Araújo detém 499.999 cotas da Bonsucex Holding Ltda, correspondendo a 99,99% do total.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DO ACIONISTA CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO.				
Posição em 30/09/2010 (Em unidades de Ações)				
BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.	Total de Ações Emitidas pela Companhia		Posição Acionária Consolidada	
	Ações Ordinárias		Ações Ordinárias	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	0	0%	0	0%
Conselho de Administração (*)	71.428.609	9,85%	71.248.609	9,85%
Diretoria	15	0%	15	0%
Conselho Fiscal	0	0%	0	0%
Ações em Circulação	653.820.103	90,15%	653.820.103	90,15%
Total	725.248.727	100,00%	725.248.727	100,00%

(*) Considerada posição direta e indireta do Sílvio Tini de Araújo

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Cláusula Compromissória de Arbitragem

Em conformidade com o Estatuto Social, capítulo VIII, artigo 50, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei 6.404/76, neste Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Arbitragem do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Adverso

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Vanguarda Agro S.A
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Vanguarda Agro S.A., anteriormente Brasil Ecodiesel Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A. ("Companhia") e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão adversa

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às ITR, em 6 de setembro de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social da Companhia com a emissão de 1.235.955 mil novas ações ordinárias, cuja subscrição ocorreu na mesma data com ações da Vanguarda Participações S.A. O Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) Combinação de Negócios requer que para cada combinação de negócios uma das entidades envolvidas na combinação deve ser identificada como o adquirente. A adquirente deve reconhecer separadamente o ágio por rentabilidade futura (goodwill), os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e quaisquer participações de não controladores na outra entidade identificada como adquirida. O CPC 15 (R1) também menciona que o adquirente normalmente é a entidade que emite ações, contudo em algumas combinações de negócios, comumente denominadas "aquisição reversa", a entidade emissora é a adquirida. Na avaliação da Administração, a própria Companhia seria o adquirente legal e contábil nesta transação, mesmo que os fatos e as circunstâncias pertinentes a serem considerados na identificação do adquirente indiquem que houve uma aquisição reversa, onde a Vanguarda Participações S.A. é o "adquirente contábil". Caso a Vanguarda Participações S.A. tivesse sido identificada como adquirente, as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da Companhia contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011 poderiam ser significativamente diferentes.

Conclusão adversa sobre as informações intermediárias individuais

Nossa revisão indica que em razão da Administração da Companhia ter considerado ser a própria Companhia a "adquirente contábil", conforme descrito no parágrafo "Base para conclusão adversa", as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 30 de setembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão adversa sobre as informações intermediárias consolidadas

Nossa revisão indica que em razão da Administração da Companhia ter considerado ser a própria Companhia a "adquirente contábil", conforme descrito no parágrafo "Base para conclusão adversa", as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e

financeira da entidade em 30 de setembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, de acordo o CPC 21 e a IAS 34, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, nossa revisão indica que em razão da Administração da Companhia ter considerado ser a própria Companhia a "adquirente contábil", conforme descrito no parágrafo "Base para conclusão adversa", essas demonstrações não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de novembro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Ruti Amaral Ramos

Auditores Independentes Contadora

CRC- nº 2SP 011.609/O-8-"F" BA CRC – 1RJ nº048.044/O-8 "T" BA "S" SP